

EDILSON SOARES DA SILVEIRA

**CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS E RELAÇÃO  
COM O MEIO AMBIENTE DOS MORADORES DO  
ASSENTAMENTO NOVA QUERÊNCIA:  
POTENCIALIDADES DE  
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
MESTRADO ACADÊMICO  
CAMPO GRANDE  
2004

EDILSON SOARES DA SILVEIRA

**CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS E RELAÇÃO  
COM O MEIO AMBIENTE DOS MORADORES DO  
ASSENTAMENTO NOVA QUERÊNCIA:  
POTENCIALIDADES DE  
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada como exigência para  
obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento  
Local à Banca Examinadora, sob orientação da  
Prof. Dr<sup>a</sup> Adriana Odália Rímoli.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
MESTRADO ACADÊMICO  
CAMPO GRANDE  
2004

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora – Prof Dr' Adriana Odalia Rímoli

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Cleonice Alexandre Le Bourlegat

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais Sebastião Martins e Maria Auxiliadora e irmãs Andréa Soares e Adriana Soares que sempre me motivaram a seguir em frente nos estudos, tornando-me assim um homem íntegro e de valor para a sociedade.

Aos meus filhos Eduardo, Marielle e Natália que são as pessoas mais iluminadas e queridas em minha vida.

À minha esposa Janaína, que sempre me motivou a alcançar o sucesso profissional.

*“Tudo pode ser mudado com um único pensamento,  
com uma forte determinação. Se  
avancarmos com ânimo, alegria e esperança,  
mantendo o senso de responsabilidade e missão,*

*desfrutarão infalivelmente uma vida saudável e plenamente realizada”.*

***Daisaku Ikeda***

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço intensamente as pessoas abaixo relacionadas, sem o qual não seria possível o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa. Pessoas que convivi durante praticamente todo o tempo de estudos, sendo responsáveis pela construção de idéias durante a elaboração da dissertação:

Profº Dr. Adriana Odalia Rímoli, minha orientadora na qual me proporcionou vários momentos de estímulo e de sua valiosa atenção intelectual.

Profº Dr. José Carlos Taveira que em vários momentos me socorreu em auxílio de dados estatísticos.

Profº Dr. Ivan Russef que me estimulou em um primeiro momento a participar do programa de mestrado

Profº Dr' Cleonice Alexandre Le Bourlegat que várias vezes me contribuiu com suas ricas idéias em desenvolvimento local.

Profº Dr. Maria Augusta de Castilho que me auxiliou em diversos momentos na estruturação de minha dissertação.

Yvie Cesco Gonçalves da Silva, técnica extensionista do IDATERRA (Instituto de Desenvolvimento Agrário. Pesquisa. Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul) de Terenos - MS que, em diversos momentos me viabilizou informações preciosas para a investigação proposta.

As 113 famílias entrevistadas do assentamento Nova Querência que participaram ativamente na elaboração da pesquisa.

## RESUMO

Esta dissertação analisa as condições sócio-econômicas, físicas e ambientais das famílias assentadas no assentamento Nova Querência, no município de Terenos – MS. O objetivo da pesquisa foi investigar as estruturas sociais, físicas, econômicas e ambientais e também, as potencialidades de desenvolvimento local, cujo período de análise foi de janeiro de 2001 a agosto de 2004. Foram utilizadas várias fontes de investigação, pesquisas documental e bibliográfica, levantamento de dados com pesquisa de campo com os assentados, presidente da associação de assentados e com técnicos extensionistas do IDA'TERRA (Instituto de Desenvolvimento Agrário. Pesquisa. Assistência técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul).

Foram levantadas questões de âmbitos social, econômico e ambiental que impedem um desenvolvimento local duradouro para a comunidade local. Um dos principais problemas enfrentados pelos assentados é a falta de união entre eles para a criação de uma cooperativa agrícola, que segundo os próprios assentados poderia propiciar uma melhoria na qualidade de vida da maioria das famílias do assentamento Nova Querência.

As relações dos assentados rurais com o meio ambiente geram problemas de degradação ambiental bem evidentes, o que implica na promoção do desenvolvimento sustentável no local.

**PALAVRAS-CHAVES:** Assentamentos rurais. Capital social, Desenvolvimento local e Meio ambiente.



## **ABSTRACT**

This research analyzes the partner-economic, physical and ambient conditions of the families seated in the New nesting Querência, in city of Terenos-MS. The objective of the research was to also investigate social, physical, economic and ambient the structures and, the potentialities of local development, whose period of analysis was of January of 2001 the August of 2004. Some sources of inquiry, research documentary and bibliographical, data-collecting with reseaech of field with the seated ones had been used, seated president of the association of and with technician of the IDATERRA (Institute of Agrarian Development, Research, Assistance Technique and Agricultural Extension of Mato Grosso of the South). Questions of scopes had been raised social, economic and ambient, that hinder a lasting local development for the local community. One of main problems faced for the seated one is the lack of union between them for the creation of an agricultural cooperative, that according to proper seated, could propitiate an improvement in the quality of life of majority of the families of the New nesting Querência. The relations of the agricultural seated ones with the environment generate well problems of ambient degradation, what it implies in the promotion of the sustainable development in the place.

**KEY WORDS:** Agricultural nestings, Capital stock, local Development and Environment.

## LISTA DE FOTOS

Foto 01 - Imagem via-satélite do assentamento Nova Querência sem a delimitação do Território .....	29
Foto 02 - Imagem via-satélite do município de Terenos – MS sem a delimitação do território .....	31
Foto 03 - Vista frontal do lote de um assentado entrevistado.....	32
Foto 04 – Vista frontal da nova escola municipal.....	44
Foto 05 – Vista lateral da nova escola municipal.....	44
Foto 06 – Subestação de água 01 .....	53
Foto 07 - Subestação de água 02 .....	53
Foto 08 – Rodovia Estadual - MS 455 – Ligando Campo Grande a Sidrolândia.....	55
Foto 09 - Estrada de acesso para o assentamento Nova Querência.....	55
Foto 10 – Vista parcial 01 da entrada do assentamento Nova Querência.....	56
Foto 11 - Vista parcial 02 da entrada do assentamento Nova Querência.....	56
Foto 12 – Vista lateral da associação Portal do Pantanal – ASSPAN.....	59

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Local de origem das famílias residentes no assentamento Nova Querência.....	37
Gráfico 02 – Local de nascimento dos titulares dos lotes do assentamento Nova Querência.....	38
Gráfico 03 – Estado civil dos titulares dos lotes .....	40
Gráfico 04 – Porcentagem dos entrevistados em cada faixa etária .....	42
Gráfico 05 – Nível de satisfação com a educação escolar .....	43
Gráfico 06 – Renda familiar mensal dos assentados .....	46
Gráfico 07 – Avaliação dos entrevistados, em 2004, sobre a mudança na quantidade de bens Materiais .....	47
Gráfico 08 – Percentual de utilização da área do lote .....	49
Gráfico 09 – Nível de satisfação dos assentados em relação ao abastecimento de água .....	53
Gráfico 10 – Nível de satisfação dos assentados em relação ao abastecimento de energia elétrica .....	54
Gráfico 11 – Nível de satisfação dos assentados em relação aos transportes coletivos .....	54
Gráfico 12 – Nível de satisfação dos assentados em relação às vias de acesso do assentamento .....	57
Gráfico 13 – Nível de satisfação dos assentados em relação à moradia .....	57
Gráfico 14 – Nível de satisfação dos assentados com relação aos meios de comunicação .....	60
Gráfico 15 – Atitudes tomadas mediante a entrada de animais silvestres nos lotes .....	61

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Motivos de aquisição do lote pelos entrevistados .....	39
Tabela 02 - Motivos de satisfação com o lote .....	39
Tabela 03 - Estímulos para os adolescentes viverem no assentamento .....	40
Tabela 04 - Nível de escolaridade dos titulares dos lotes do assentamento Nova Querência .....	41
Tabela 05 - Ofício anterior do titular assentado.....	45
Tabela 06 - Bens apresentados pelos titulares dos lotes. em 2004 .....	47
Tabela 07 - Produtos comercializados pelos assentados.....	48
Tabela 08 - Animais criados para subsistência e geração de renda .....	48
Tabela 09 - Tipo de lavoura plantada pelos assentados .....	49
Tabela 10 - Principais problemas encontrados no assentamento Nova Querência segundo os Titulares entrevistados.....	62
Tabela 11 - Atividades desejadas pelos entrevistados para geração de renda.....	63
Tabela 12 - Potencialidades de desenvolvimento local segundo os assentados .....	63

## LISTA DE ANEXOS

Anexo 01 - Cópia da portaria da consolidação do assentamento Nova Querência .....	71
Anexo 02 - Lotes do assentamento Nova Querência .....	73
Anexo 03 - Determinação do tamanho da amostra (Krejcie. 1970) .....	73
Anexo 04 - Modelo do questionário aplicado aos titulares dos lotes .....	74
Anexo 05 - Modelo do questionário aplicado ao presidente da associação .....	77
Anexo 06 - 1Modelo do questionários aplicado ao técnico extensionista .....	78

## **LISTA DE PLANTAS**

Planta 01 - Planta de Situação do Assentamento Nova Querência .....	30
---	----

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>I – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
1.1 Desenvolvimento Local.....	21
1.2 Cooperação e inovação como chave do desenvolvimento local.....	22
1.3 Breve histórico dos assentamentos rurais no Brasil .....	26
1.4 Desenvolvimento local assentamentos rurais e meio ambiente .....	29
1.5 Características e situação dos assentamentos rurais brasileiros .....	31
1.6 Assentamento Nova Querência: um estudo de caso .....	32
1.7 Objetivos geral e específicos .....	38
<b>II – MÉTODOLOGIA.....</b>	<b>40</b>
2.1 Local .....	40
2.2 Participantes .....	40
2.3 Procedimentos .....	41

**III - CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO**

Nova querência .....	43
3.1 Condições sócio-demográficas dos assentados entrevistados .....	43
3.2 Condições econômicas dos assentados .....	51

**IV – CONDIÇÕES FÍSICAS DO ASSENTAMENTO NOVA QUERÊNCIA E AS  
RELAÇÕES DAS FAMÍLIAS COM O MEIO AMBIENTE .....**

4.1 Infra-estruturas físicas do assentamento Nova Querência .....	59
4.2 Relações das famílias do assentamento Nova Querência com o meio ambiente .....	68

**V – DISCUSSÃO E CONCLUSÃO .....****REFERÊNCIAS .....****ANEXOS .....**



## APRESENTAÇÃO

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as condições sócio-econômicas das famílias do assentamento rural Nova Querência, relações com o meio ambiente e as potencialidades de desenvolvimento local entre o período de janeiro de 2001 a agosto de 2004. O intuito é identificar as potencialidades de desenvolvimento local para a melhoria na qualidade de vida, tanto social quanto econômica das famílias do assentamento rural Nova Querência.

A escolha do tema surge em meio de uma série de propostas governamentais e não governamentais de desenvolvimento local através da geração de emprego e renda para as famílias de assentamentos rurais. No entanto, estas propostas devem ser analisadas no que diz respeito a quem promoverá o desenvolvimento: um agente externo ou a própria comunidade envolvida?

Esta pesquisa enfoca o papel dos agentes endógeno e exógeno de mudanças que promovem o desenvolvimento local de uma comunidade, discutindo-se a necessidade da própria comunidade desenvolver-se integralmente por si só. Esta é essência do desenvolvimento local.

Um novo paradigma de desenvolvimento econômico em assentamentos rurais refere-se a potencializar as condições de um território a partir dos recursos de que este dispõe, exigindo estratégias de articulação entre autoridades, setor privado e, fundamentalmente, a comunidade, a quem cabe coordenar ações para gerar um processo na melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

A importância da reforma agrária também é discutida nesta pesquisa, ressaltando uma distribuição mais equitativa da terra e da própria população, permitindo criar no espaço geográfico daqueles territórios, condições de trabalho que, além de ampliar a produção e o consumo interno, multiplicaram o número de famílias cujas decisões em seu conjunto, determinaram a direção seguida por aquelas sociedades.

Reflexões sobre os conceitos de desenvolvimento, de local e de desenvolvimento local que remetem à melhoria da qualidade de vida das populações, também são discutidos nesta pesquisa.

A degradação do meio ambiente é hoje discutida em nível mundial, pois afeta a todos os povos. Nos assentamentos rurais de um modo geral, as transgressões com o meio ambiente são bastante evidentes, ocorrendo desmatamentos, erosões, caça predatória, dentre outros. A falta de conhecimento para a preservação ambiental por parte dos assentados pode, em um futuro próximo, interferir no desenvolvimento de suas comunidades, pois os recursos naturais oferecem condições duradouras para geração de emprego e renda.

Esta dissertação foi elaborada após a realização das pesquisas bibliográficas e de campo no assentamento Nova Querência, situado no município de Terenos – MS, entre setembro de 2002 ao 1º semestre de 2004.

Um dos principais problemas encontrados neste assentamento, segundo a pesquisa de campo, é a falta de integração entre os próprios assentados para engendrar o desenvolvimento local. Os problemas existentes norteiam desde a implantação do assentamento.

O desenvolvimento desta dissertação foi estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo é apresentada uma abordagem teórico-conceitual que deu sustentação à investigação realizada, relacionando os conceitos com os dados obtidos do assentamento Nova Querência. Discute-se neste capítulo os conceitos fundamentais do desenvolvimento local.

O segundo capítulo apresenta a metodologia utilizada na pesquisa e os passos para a realização da pesquisa de campo, destacando-se local, participantes e procedimentos. As condições sócio-econômicas das famílias de assentados são apresentadas no terceiro capítulo, onde se faz uma análise das condições sociais e dos serviços disponíveis para a comunidade local. O quarto capítulo aborda as infra-estruturas físicas e a relação das famílias com o meio ambiente. O quinto capítulo aborda as expectativas dos assentados e os esforços coletivos que podem promover o desenvolvimento local.

## I - INTRODUÇÃO

### 1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Entende-se por *desenvolvimento* como sendo um processo de transformações econômica, política e social, através do qual uma população tende a tornar-se independente e autônoma (ÁVILA, 2001). Não se pode considerar como *desenvolvimento* os aspectos econômicos, político e social individualizados, mas sim, todos em perfeita interação que geram em uma população uma verdadeira transformação global. O desenvolvimento de uma população depende de cada ser humano que é responsável pela direção e progresso que a mesma possa vir ou não a ter.

Além disso, o desenvolvimento deve ser encarado como um combate seletivo das piores formas de pobreza. (HAQ, 1978). De acordo com Buarque (apud Boisier, 2000, p.165), o desenvolvimento local se caracteriza pelo seu impulso endógeno que “dentro da globalização é uma resultante direta da capacidade dos atores e das sociedades locais se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e na sua matriz cultural”. O desenvolvimento é um processo que acontece como produto das relações sociais no campo da cultura, da política, da economia etc. Assim, desenvolver-se não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos homens. No processo do desenvolvimento é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas.

Para conceituar *desenvolvimento local* deve-se levar em conta vários fatores e conceitos que interferem em uma definição mais ou menos concreta. Deve-se agregar conceitos como desenvolvimento, local, espaço, território, territorialidade e agentes endógeno e exógeno que, em interação, nos dão uma idéia do que vem a ser desenvolvimento local. Agregando estes conceitos, Ávila (2001, p. 69) afirma que:

*“O “núcleo conceitual” do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento - a partir das amarras que prendam as pessoas em seus*

*status quo de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma “comunidade definida”.*”

Seguindo esta característica de desenvolvimento local de “trabalhar” com potencialidades, Buarque (1998: p. 6) define desenvolvimento local como:

*“É um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria na qualidade de vida da população.”*

Verifica-se que desenvolvimento local é o processo de “desabrochamento” das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade, em que ela mesma institua a cultura solidária em seu meio, tornando-a apta a auto-gestão e ao aproveitamento de suas próprias potencialidades locais visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Segundo Sachs (1993), o desenvolvimento local é fundamentalmente marcado pela cultura do contexto em que se situa. O desenvolvimento local é, neste projeto, considerado como conjunto de atividades econômica e social com alto grau de interdependência com os diversos segmentos sócio-econômicos da sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e com agentes presentes em deferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). Por conseguinte, é fundamental que seja planejado como um sistema integrado no mercado global e tendo em conta a dimensão social local.

*Desenvolvimento local* não se faz, não se promove, se incita e se estimula para que a própria comunidade possa se desenvolver. Os agentes exógenos devem sim, promover a sensibilização para que a comunidade encontre alternativas para o desenvolvimento local. Não se pode esquecer que o desenvolvimento local deverá levar em conta, também, possíveis implicações ambientais.

## 1.2 COOPERAÇÃO E INOVAÇÃO COMO CHAVE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A globalização colocou em evidência a importância dos territórios, pois pode comprometer a autonomia e a identidade local ou valorizar as formas de organizações produtivas enraizadas em um determinado local (MAILLAT, 2002).

Na sociedade organizada em redes de cooperação, as comunidades locais dependem da força da integração local para gerar sinergia e garantir maior capacidade de controle e manutenção da sustentabilidade local.

A cooperação se posiciona como chave do desenvolvimento local, segundo Godard (1987, p.139):

*“Uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação de seus atores. Também é conveniente particularizar a análise das formas de cooperação institucional ou voluntária que se produzem entre eles contanto que o objetivo seja o desenvolvimento local”.*

Referindo-se ao desenvolvimento da comunidade engendrada pela globalização, Santos (1982, p.49) reflete que: *“A globalização oferece as oportunidades e os lugares as possibilidades”*

Segundo Putnan (1993), o conjunto de normas de reciprocidade, informação e confiança presentes nas redes sociais informais desenvolvidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana, denomina-se capital social, o que resulta em numerosos benefícios diretos ou indiretos, sendo determinante para a compreensão da ação social.

O conceito de capital social tem sido amplamente utilizado na sociologia para demonstrar a importância das redes sociais informais na construção de relações e de formas de sociabilidade nas quais interesses pessoais e coletivos se relacionam. A existência desse "capital" se constituiria, igualmente, em importante indicador de participação política através do estabelecimento ou consolidação de relações de confiança entre sociedade e o Estado. Assim, o capital social se tornaria o elemento crucial a ser mobilizado na implementação de políticas públicas, podendo explicar o êxito ou fracasso dessas políticas.

A existência de capital social na sociedade não significa, necessariamente, sua utilização ou o êxito de políticas públicas nele baseadas. As mesmas políticas podem funcionar num lugar e não funcionar em outro, dependendo da forma de como esse capital é mobilizado ou construído. Assim, o capital social pode ser entendido como um recurso potencial.

Para Abramovay (2000), o capital social é definido como o somatório de recursos inscritos nos modos de organização da vida social de uma população. É um bem coletivo que garante o respeito de normas de confiança mútua e de comportamento social em vigor. O capital social pertence a uma coletividade ou a uma comunidade; ele é compartilhado e não pertence a indivíduos.

O desenvolvimento propicia a “busca do melhor” e o associativismo expressa a relação entre indivíduos com interesses comuns. Indivíduos se associam em função de interesses que podem desencadear ações de cooperação com reflexo no desenvolvimento local.

Os efeitos sociais engendrados pelas redes de cooperação são mais amplos que os objetivos dos cooperativados. Sob essa dimensão a cooperação produz um bem estar público, tanto econômico quanto social. Segundo Arruda (1996, p.19):

*"É neste processo que ganha enorme importância a práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes; nosso argumento é que a sociedade precisa superar a relativa inércia a que se submeteu, superando a cultura da reivindicação e da delegação, como suas alienadoras práticas paternalistas e assistencialistas, por uma cultura do autodesenvolvimento, da auto-ajuda e da complementaridade solidária; o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da sócio-economia na nova era que se anuncia".*

As redes de cooperação, ao tirar o indivíduo de seu mundo particular, relacionando-o com os outros, gerando laços sociais de cooperação, construindo espaços coletivos, desperta a responsabilidade social e a solidariedade, elementos fundamentais ao desenvolvimento do ser humano e de seus espaços de vida. Assim as redes de cooperação representam importantes espaços sociais. Nesses lugares sociais as pessoas desenvolvem sentimentos, idéias, valores, comportamentos, conhecimentos, aprendizagens, estruturas de poder de gestão local, através do qual se comunicam e se direcionam. As redes de cooperação abrigam um complexo sistema de relações sociais e culturais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam. Da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se, assim, as práticas cooperadoras em processos educativos e em processos de poder que podem gerar desenvolvimento local.

Para Frantz (2002), as redes de cooperação e o desenvolvimento local, são caracterizados pelos aspectos de sua organização e funcionamento, através da estruturação e da viabilização de espaços econômicos para seus associados. O reconhecimento dos principais aspectos econômicos é possível ser feito pelas práticas de orientação da produção, pela assistência técnica, pela agregação de valor, através de processos de transformação da produção, pela relação com os mercados existentes ou pela abertura de novos mercados.

Outro fator importante no desenvolvimento de uma comunidade é a inovação, pois a mesma pode impulsionar o desenvolvimento econômico visando a melhoria na qualidade de vida da população, como retrata Mendez (2001, p.46):

*“la innovación también despierta creciente interés como instrumento que puede mejorar el funcionamiento de las actividades económicas, elevar su capacidad competitiva y la de los territorios que las albergan, mejorar la calidad del empleo y la sostenibilidad ambiental, ayudando a superar los riesgos de una globalización excluyente, que condena a buena parte del mundo a la precariedad o la marginación.”*

Para Yoguel (1997), no atual ambiente competitivo gerado pelas incertezas da globalização, os sistemas empresariais em rede e os ambientes locais ganham vantagens competitivas quando mostram capacidade de inovação constante. Essa capacidade inovadora dos lugares ou das redes empresariais origina-se na sua capacidade de aprender como processo interativo incorporado a um trauma social. Desse modo, a tecnologia não seria mais concebida como um simples acervo de máquinas e técnicas de produção, mas a capacidade de pensar e o desenvolvimento de processos interativos de aprendizagem coletiva.

O mundo globalizado remete a problemas de exclusão social aos mais desfavorecidos, como resultado de uma política puramente capitalista e consumista. Como relata Mariko (2002, p.38):

*“Não basta apenas gerar empregos, é preciso dar combate à exclusão também na esfera da cultura, para que um maior número de pessoas possa gozar do prazer de existência e usufruir de uma melhor qualidade de vida. Também aí devem centrar-se pesquisadores, agentes e projetos de desenvolvimento”.*

Segundo Ferrão (2002, p.17), um fator importante para o desenvolvimento sólido é a inovação:

*“A inovação é hoje por muitos considerada como o fator principal que permite às sociedades e às economias tornarem-se solidamente mais desenvolvidas”.*

Assim, parece-nos que os assentamentos rurais ao inovarem, tornam-se solidamente mais desenvolvidos.

### 1.3 BREVE HISTÓRICO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

Segundo Marques (1999), o processo de modernização da agricultura relacionado ao modelo de desenvolvimento de exclusão social adotado nas últimas décadas no país, é um dos principais responsáveis pela inviabilização do desenvolvimento social da agricultura camponesa e a conseqüente expulsão do trabalhador do campo.

Segundo o INCRA (2001), a grande maioria dos trabalhadores rurais que hoje luta pela terra tem a sua origem relacionada com a agricultura camponesa, mesmo que, em certos casos, a sua trajetória social inclua uma passagem pela cidade e/ou pela condição de trabalhador assalariado. Os trabalhadores rurais sem-terra são geralmente ex-pequenos proprietários ou filhos destes, ou, ainda, pessoas que trabalhavam na agricultura no sistema de parceria, arrendamento ou como bóia-fria.

Durante as décadas de 60 e 70, a modernização agrícola contou com a intervenção direta do Estado, que forneceu créditos em abundância e baratos, incentivos fiscais e comerciais, pesquisa e assistência técnica, e condições políticas favoráveis a uma privilegiada camada de produtores rurais. A modernização da agricultura brasileira resultou em elevada exclusão social, gerando uma classe de assalariados rurais com baixo poder aquisitivo, com precárias condições de trabalho e altos índices de desempregos (HEERDT, 2000).

O Estatuto da Terra publicado no Brasil em 1964 representou um avanço à reforma agrária. Alguns líderes ruralistas somente acataram seu conteúdo, após alguns entendimentos com os militares da época. Esses entendimentos garantiram que tal legislação não seria aplicada em todas as regiões do Brasil, como por exemplo, desapropriações nas regiões sul, sudeste e nordeste não eram permitidas no cenário da época. Assim, a luta pela terra foi deslocada para as “periferias territoriais” (TAFFAREL, 2001).

O processo de democratização que teve seu início nos meados dos anos 80, trouxe à tona a discussão da reforma agrária no país. O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de 1985, retoma o Estatuto da Terra em sua totalidade, causando grande apreensão entre os ruralistas. O então presidente eleito, Tancredo Neves, anunciou que começaria a reforma agrária pelo nordeste, através do processo de desapropriação. O presidente Sarney, que assumiu o governo com a morte do então presidente Tancredo Neves cumpriu apenas 5% de suas metas, e mesmo assim, criou novos projetos de colonização também na região norte, (INCRA, 2001).



Em 1995, das 40 mil famílias assentadas, mais da metade teve sua ocupação na região norte e na parte norte da região centro-oeste. Na região sul (Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) foram assentadas pouco mais de duas mil famílias, ou seja, 5% do total nacional, (INCRA, 2001).

A partir de diversos acontecimentos como a morte de assentados em Eldorado dos Carajás, o compromisso de realização da reforma agrária vêm sendo cobrado intensamente pela opinião pública, pela imprensa, por órgãos internacionais, pela sociedade civil como um todo, de forma que o governo não poderia ficar alheio a estas pressões. No início de 1997, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) mobilizou o país com uma longa marcha que findou na capital do país, em Brasília, no dia 17 de abril.

A mobilização política dos trabalhadores rurais para a condução da luta pela reforma agrária, se iniciou com a identificação dos locais a serem ocupados, após uma análise de agentes do governo e/ou privados que estavam envolvidos nesta disputa, e com uma estimativa da capacidade estratégica de cada área para constituição de assentamentos.

Estas mudanças de atitudes permitiram a formação e expansão de movimentos sociais que protagonizaram uma reinserção da reivindicação de reforma agrária na agenda de debates políticos nacionais nos anos 90.

A origem de assentamentos rurais envolve a concepção de como deve ser gerada a propriedade agrícola dos pequenos produtores rurais, projeto este que se relaciona com os diversos atores envolvidos e está vinculado a vários conflitos na luta pela terra ou pela permanência nela. Os assentamentos rurais são muito importantes para a produção de alimentos dos municípios onde estão localizados, e a qualidade de vida da população alvo da reforma agrária se encontra em nível superior ao restante dos trabalhadores rurais, apesar das diversas dificuldades que os assentados enfrentam (INCRA, 2001). Porém, em assentamentos rurais brasileiros apresentam problemas comuns como baixo nível da educação, falta de infra-estrutura que permita o avanço tecnológico, assistência técnica inadequada, dificuldade na comercialização e distribuição de produtos, etc.

As famílias assentadas estão inseridas em um modelo de agricultura familiar, sendo a base da produção agropecuária brasileira. Este modelo caracteriza-se justamente pelo fato das próprias famílias serem responsáveis em assumir a gestão de uma unidade de produção agrícola. Possui ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos, na qualidade de vida e na tomada de

decisões imediatas adequadas ao processo de desenvolvimento agropecuário. Um projeto de assentamento é um processo educativo de médio e longo prazo, que visa transformar trabalhadores rurais sem terra em agricultores familiares auto-sustentáveis, INCRA (2001). A avaliação sobre o sucesso desta iniciativa depende da análise de uma série histórica de dados e deve incluir uma comparação entre a situação atual dos produtores e a situação em que viviam antes de serem assentadas.

A produção dos assentados não pode ser analisada fora do contexto da dinâmica da economia local e regional. A política de assentamentos favorece o desenvolvimento regional, na medida em que propicia a criação de empregos e de oportunidades para famílias que não possuíam quaisquer outras perspectivas. Não se pode afirmar que a situação dos assentamentos é ideal. Existem dificuldades de acesso a crédito, de comercialização da produção, políticas agrícolas inconstantes e pouco adequadas e crises de preços de diversos produtos agrícolas, INCRA (2001).

Também, segundo o INCRA (2001), uma das estratégias dos agricultores familiares, nessas situações, é complementar a renda familiar com atividades externas, o que não significa o abandono das atividades agrícolas. Essas estratégias passam pela diversificação da produção. A pecuária leiteira oferece a perspectiva de uma renda constante.

Os investimentos do Governo do Estado visam a segurança alimentar das famílias e à estruturação inicial dos lotes. Na medida em que os produtores se estruturam, podem ser dados passos maiores, com a intensificação do processo de produção. Considera-se como uma experiência nova para essas famílias assumir a gestão de uma unidade de produção agrícola. É um processo educativo lento e em construção.

#### 1.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL, ASSENTAMENTOS RURAIS E MEIO AMBIENTE

Assim, parecem pertinentes, neste contexto, as reflexões sobre os conceitos de desenvolvimento, de local e de desenvolvimento local que nos remetem à melhoria da qualidade de vida das populações que podem e devem ser aplicadas em assentamentos rurais. Parafraseando Ávila (2001, p.19), quando os assentados rurais adquirem o sentimento de pertença de seus territórios, nos locais em que estão inseridos, despertam para o “desabrochamento” de suas

habilidades e competências, possibilitando encontrar agentes endógenos de desenvolvimento local.

A sustentabilidade é um novo paradigma inserido pelo capitalismo atual. A necessidade de mecanismos alternativos à forma de desenvolvimento praticada até o momento, sobretudo pelos países capitalistas desenvolvidos, tem levado intelectuais com as mais diversas concepções a buscarem estas alternativas ou a desvendarem, entre suas áreas de concentração, o que tem sido praticado e/ou o que poderia vir a ser feito para garantir uma forma de desenvolvimento sustentável visando à conservação do meio ambiente.

Para Muir (1996) :

*"A noção de sustentabilidade e de termos associados, como "desenvolvimento sustentável", são, atualmente, amplamente utilizados na discussão de desenvolvimento econômico, em questões de conservação ambiental e em gerenciamento social e econômico de sistemas de produção, especialmente aqueles que possuem correlação direta com recursos naturais. Entretanto existem, particularmente nestas noções, uma ampla e pública consciência dos conflitos entre as percepções da necessidade de conservação e proteção ambiental e do desenvolvimento agrícola e industrial e crescimento econômico, onde a riqueza de capital pode se r gerada através do uso da riqueza natural".*

Segunda a Agenda 21 (1992), o atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios; se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia. Diante desta constatação, surge a idéia do Desenvolvimento Sustentável (DS), buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, ainda, o fim da pobreza no mundo.

Segundo dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 2002, no Estado de Mato Grosso do Sul encontra-se uma vasta quantidade de recursos naturais para ser preservada e que poderia ser explorada economicamente pelo ecoturismo. A preservação do meio ambiente e a economia crescente gerada pelo turismo ambiental são alternativas a serem utilizadas para o desenvolvimento sustentável de regiões turísticas.

Sabe-se que certos fatores que incidem sobre a natureza podem tornar irreversível sua restauração, como por exemplo, a extinção de espécies da fauna e flora e a poluição em larga escala das florestas, atmosferas e rios por produtos não-biodegradáveis. A partir destes fatos, a humanidade adquiriu a consciência de que a devastação ambiental ameaça sua sobrevivência, porém, não sabe como tomar atitudes coerentes e efetivas de preservação ambiental (IBAMA,

2002). Descritivamente, Rímoli e colaboradores (2000) referem-se à importância do desenvolvimento sustentável relacionando aspectos das ações antrópicas sobre o meio ambiente e suas implicações no processo de desenvolvimento local.

A preocupação com a conservação ambiental, apesar de presente no discurso das lideranças, muitas vezes não é partilhada pelos acampados que, por força da carência econômica, acabam por extrair recursos naturais diretamente do meio ambiente. No entanto, diversas questões referentes ao meio ambiente fazem parte do cotidiano de um acampamento dos trabalhadores rurais sem-terra, desde a necessidade de derrubada de árvores para a construção dos barracos e os desmatamentos para os plantios, a utilização de maquinaria (tratores e implementos) ou simplesmente o uso do fogo para o preparo das áreas iniciais de produção, a utilização das águas de córregos, lagoas ou poços (muitas vezes a contaminação dessas águas com coliformes fecais devido às condições precárias dos acampamentos), a presença do lixo espalhado a céu aberto que passa a ser fonte de diversas doenças e a caça de animais silvestres como fonte de proteínas para a alimentação.

Nos assentamentos rurais definitivos, modificam-se tanto as condições originais que ganham contornos diferentes quanto formas de lidar com o meio ambiente. No momento da demarcação das terras, separam-se: espaços de exploração, reservas obrigatórias e legais e áreas comuns ou comunitárias. São construídas curvas de nível para a contenção da erosão e abrem-se estradas vicinais. Estes procedimentos que visam a ocupação de diversas famílias em um território, muitas vezes, segundo o IBAMA (2002), não levam em conta as possíveis consequências ambientais, tais como, desmatamentos fora de controle, desequilíbrios ambientais, emigração ou até mesmo o extermínio de espécies nativas, dentre outros.

As tecnologias agrícolas inseridas em assentamentos rurais deveriam propiciar tanto o aumento da produtividade do trabalho quanto das terras, mas com equilíbrio do meio ambiente e a conservação dos recursos naturais. De acordo com o Programa de Reforma Agrária do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), deve-se “implementar pesquisas e técnicas agropecuárias que levem a um novo modelo adequado à realidade nacional e de desenvolvimento auto-sustentado”.

O objetivo geral dos assentamentos rurais é melhorar a qualidade social, econômica e ambiental bem como as condições de vida e de trabalho de todas as pessoas pertencentes à população assentada, (INCRA, 2001).

Segundo o INCRA (2001), os trabalhos devem basear-se nas atividades de cooperação entre os próprios integrantes da comunidade, onde todos devem participar efetivamente no processo de tomada de decisões referentes ao assentamento do(s) grupo(s), à escolha do gestor e de blocos com interesses específicos como de mulheres, idosos, deficientes e associação de pais. Esta dinâmica contribui para que a comunidade identifique o “desabrochamento” de suas habilidades, competências e, desta maneira, potencialidades locais para que possa ocorrer o desenvolvimento local. Tais abordagens constituem os princípios das estratégias nacionais para assentamentos humanos.

### 1.5 CARACTERÍSTICAS E SITUAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS BRASILEIROS

Os assentamentos rurais brasileiros são constituídos por pessoas diferentes que apresentam vida e costumes próprios, acumulando experiências diferentes com um objetivo comum: a busca da territorialização de seu espaço.

Em alguns casos, as famílias assentadas provêm de um mesmo grupo de “luta” para a obtenção de terra e, aparentemente, nestes assentamentos os conflitos existentes são mais facilmente resolvidos.

A situação destes assentamentos rurais é muito complexa. Um dos problemas detectados é que, uma grande parte deles, está instalado em ecossistemas frágeis, contribuindo, assim, com a aceleração da degradação ambiental (FERREIRA, FERNANDEZ E SILVA, 1994). Além disso, os assentados encontram barreiras que dificultam seu ingresso em um contexto econômico mais dinâmico.

O assentamento de agricultores em terras de baixa fertilidade natural e já relativamente degradadas (através da erosão e pelo uso intensivo da terra), compromete a produção (ALMEIDA, 1999). Assim, estes agricultores passam a produzir apenas itens de subsistência e poucos produtos para a comercialização. Este tipo de atividade acaba prejudicando a obtenção de financiamentos para o aumento e a diversificação da produtividade.

Mesmo diante de tantos desafios e da desistência de algumas famílias da permanência na terra, a maioria dos assentados busca artifícios para se solidificarem enquanto agricultores e se manterem na área. Estas iniciativas podem ser individuais ou em grupos como, cooperações e/ou associações entre integrantes do assentamento.

Em muitos países em desenvolvimento, as condições dos assentamentos rurais são precárias, dependendo da aplicação de investimentos no setor. Nos países subdesenvolvidos, os assentamentos rurais são dependentes de investimentos do governo que atendam às necessidades básicas como habitação, lazer e bem-estar social, desprezando, no entanto, a cultura da população local.

Certos recursos financeiros podem ser oriundos de agentes externos, que visam benefícios próprios e, em segundo plano, a contribuição para a geração dos recursos internos necessários para melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem nos assentamentos rurais. Estas contribuições privadas e, até mesmo públicas, tornam os assentamentos totalmente dependentes de fatores externos privando-os de desenvolvimento duradouro. Esta situação acaba promovendo apenas, o desenvolvimento para o local e não o desenvolvimento local. As atividades que promovem o desenvolvimento, realizadas por agentes externos, têm caráter assistencialista e não são permanentes. Caso cesse este tipo de atividade, o principal efeito colateral é a fragmentação do desenvolvimento do assentamento e, em muitos casos, a desistência das famílias em permanecer no lote adquirido.

Segundo o INCRA (2001), as áreas de assentamentos rurais devem merecer atenção especial, pois, representam a conjugação de interesses para a reforma e regularização da propriedade fundiária, visando a produção de alimentos e a geração de trabalho e renda, contribuindo para a redução dos conflitos sociais no campo.

Para atingir os objetivos propostos pelo INCRA, a participação de agentes externos nos assentamentos, deve-se restringir ao acompanhamento do processo de identificação e escolha das atividades que poderão promover o desenvolvimento do assentamento. Em seguida, oferecer subsídios técnicos para que os próprios assentados desenvolvam estas atividades. Assim os assentados acabam despertando suas próprias habilidades e capacidades, independentemente dos fatores exógenos, buscando seus próprios fatores endógenos de desenvolvimento local, que serão duradouros para esta população e as gerações futuras.

## 1.6 ASSENTAMENTO NOVA QUERÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO

O assentamento Nova Querência (Foto 01 e Planta 01) ocupa um espaço de 3864,6132 ha (três mil oitocentos e sessenta e quatro hectares, sessenta e um ares e trinta e dois centiares), que

foi parcelado em 157 unidades agrícolas familiares. Está localizado no município de Terenos – MS, distando 95 km de Campo Grande.

Ele foi criado em 26/11/1997 sob a portaria 057 (ver anexo cópia da portaria da consolidação do assentamento) e consolidado<sup>1</sup> assentamento em 15/12/2000 sob a portaria 043 / INCRA/SR – 16 / MS / Nº 43/00. Após a efetivação oficial do assentamento, o INCRA considerou os trabalhadores rurais como ex-assentados da Reforma Agrária e encaminhou as famílias aos Conselhos Estadual e Municipal de Desenvolvimento Rural, solicitando a sua inserção ao PRONAF<sup>2</sup> (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

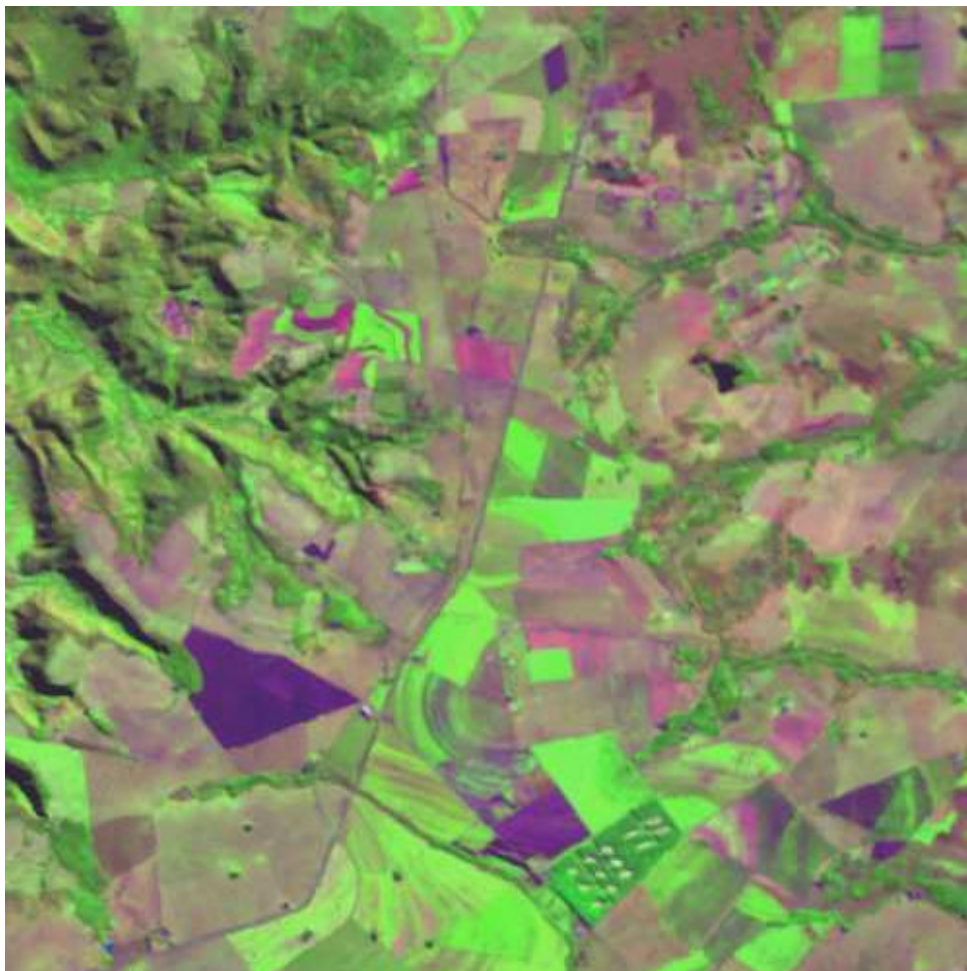
Quanto ao histórico da formação do assentamento Nova Querência, segundo a presidente da associação Portal do Pantanal (ASPPAN), a criação se deu pelo loteamento de uma parte da fazenda Nova Querência, no município de Terenos – MS, no ano de 1997. Os assentados acamparam dentro da fazenda, sem nenhum conflito com os donos da terra, no mês de setembro de 1997, conseguindo seus lotes em torno de 45 dias após a ocupação.

---

Consolidado<sup>1</sup> - Tornar-se independente do poder público.

PRONAF<sup>2</sup> - O programa anterior ao PRONAF era o PROCERA (Programa Nacional De Reforma Agrária), uma linha oficial de crédito para os pequenos produtores assentados, hoje extinto.

O único movimento social que atuou durante a ocupação da fazenda Nova Querência, foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais de Terenos.



**Foto 01:** Imagem via satélite do assentamento Nova Querência sem a delimitação do território

Coordenadas: Latitude 20° 48' 45" S    Longitude 54° 48' 45" W

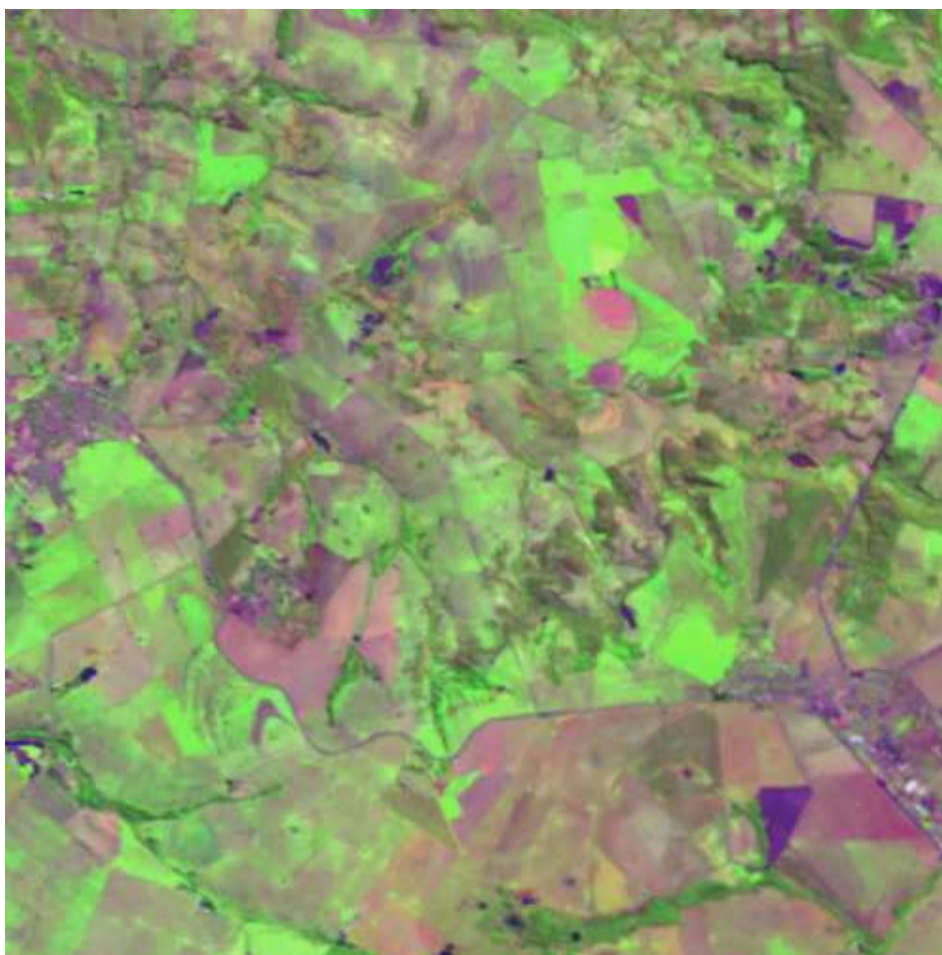
Fonte: Embrapa-MS



**Planta 01**

Planta de Situação do Assentamento Nova Querência

No município de Terenos, o mais próximo da capital do Mato Grosso do Sul, (Foto 02), foram implantados, até o ano de 2000, quatro assentamentos de reforma agrária: Campo Verde, criado em 13/07/1987, com área de 1918 km<sup>2</sup> e ocupado por 60 famílias, Patagônia, criado em 13/03/1997, com área de 3502 km<sup>2</sup> e ocupado por 128 famílias, Nova Querência, criado em 26/11/1997, com área de 3864,6132 km<sup>2</sup> e ocupado por 157 famílias e Paraíso, criado em 30/12/97, com área de 3308 km<sup>2</sup> e ocupado por 98 famílias.



**Foto 02:** Imagem via satélite do município de Terenos – MS sem a delimitação do território

Coordenadas: Latitude 20° 26' 15" S      Longitude 54° 48' 45" W

Fonte: Embrapa-MS

O acesso aos assentamentos podia ser feito pela rodovia estadual MS 455 que ligava Campo Grande a Sidrolândia ou pela rodovia estadual MS 355, que liga Terenos a Dois Irmãos do Buriti, com entrada no Km 40. A sede do município de Terenos distava dos assentamentos entre 45 e 57 km (Paraíso 45 km, Patagônia 50 km, Campo Verde 52 km e Nova Querência 57 km), sendo este último, portanto, o mais distante.

Tendo em vista o fato do assentamento Nova Querência apresentar a maior distância da capital matogrossense, em relação aos outros assentamentos, e o fato das estradas existentes serem precárias, os problemas com o escoamento da produção é maior.

Na aquisição do lote (Foto 03), cada família recebeu, através de benefícios do governo, R\$ 11500,00 (Onze mil e quinhentos reais). Destes, segundo o INCRA (2000), R\$ 9000,00 (Nove mil reais) deveriam ser empregados na aquisição de animais, implementos agrícolas e/ou sementes e R\$ 2500,00 (Dois mil e quinhentos reais) na compra de materiais para a construção da sede do lote.



**Foto 03:** Vista frontal do lote de um assentado entrevistado

Quanto à infra-estrutura, o assentamento Nova Querência dispõe de recursos como energia elétrica, água encanada, transporte coletivo e escola. Existem problemas comuns, em relação a

outros assentamentos, como a precariedade do saneamento básico, meios de comunicações deficientes e falta de assistência médico-odontológica.

O assentamento Nova Querência dispõe de uma Reserva Legal <sup>3</sup> com área de 920,49 ha. Ao lado do assentamento Nova Querência encontram-se duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs<sup>4</sup>). A RPPN *Nova Querência* com área de 50,0198 ha (Deliberação do Processo nº. 15.101.689.1999, tipo: Estadual, publicação no diário oficial em 22 de dezembro de 1999, data da averbação em 21 de janeiro de 2000 e coordenadas 54°42'W 20°48'S) e a RPPN *Laudelino Flores de Barcellos* com área de 200 ha (Deliberação do Processo nº 23.305.021.2002, tipo: Estadual, publicação no diário oficial em 06 de julho de 2003, data da averbação em 20 de outubro de 2003 e coordenadas 54°50'W 20°45'S), ambas localizadas no município de Terenos – MS.

As RPPNs apresentam recursos naturais que podem ser explorados pelo ecoturismo, porém, de maneira ordenada para evitar prejuízos ao meio ambiente e à economia local.

## 1.7 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral desta pesquisa foi: analisar as condições sócio-econômicas das famílias, relação com o meio ambiente do assentamento Nova Querência e, as potencialidades de desenvolvimento local entre o período de janeiro de 2001 a agosto de 2004.

O intuito deste trabalho de pesquisa, é identificar as potencialidades de desenvolvimento local para a melhoria na qualidade de vida, tanto social quanto econômica das famílias do assentamento rural Nova Querência.

Esta pesquisa teve como objetivos específicos:

- Investigar as condições sociais e econômicas vividas pelos assentados, formas de interação existentes no assentamento e com áreas externas, buscando detectar possíveis virtualidades ou dificuldades existentes para a deflagração de um processo endógeno de desenvolvimento sustentável;
- Avaliar a relação dos assentados com a fauna e a flora;
- Identificar possíveis potencialidades de desenvolvimento local;
- Coletar sugestões de mudanças, visando melhorias para a comunidade local;

- Diagnosticar a percepção dos assentados a respeito da infra-estrutura (Física e social) e do ambiente natural, na qualidade de vida e oferta de recursos naturais.

---

RESERVA LEGAL<sup>3</sup> – Área conservada de um percentual de imóvel rural como reserva florestal  
RPPN<sup>4</sup> - É área de domínio privado a ser especialmente protegida, por iniciativa de seu proprietário, mediante reconhecimento do Poder Público, por ser considerada de relevante importância pela sua biodiversidade, ou pelo seu aspecto paisagístico, ou ainda por suas características ambientais que justifiquem ações de recuperação. Código Florestal - Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991

## **II - METODOLOGIA**

As pesquisas bibliográfica e documental tiveram início em setembro de 2003 e as pesquisas de campo no 1º semestre de 2004.

### **2.1 LOCAL**

O assentamento Nova querência situava-se em uma região de difícil acesso, em relação à precariedade das estradas. Foram encontrados em vários trechos: bancos de areia, pontes de madeira em péssimas condições de travessia e estradas pedregosas. No entanto, no assentamento Nova Querência, as condições eram bem diferentes, pois o terreno era bastante uniforme e regular com estradas em boas condições de tráfego. Todos os lotes eram separados por cercas e, na sua maioria, muito bem cuidados.

### **2.2 PARTICIPANTES**

O primeiro contato se deu com a presidente da associação do assentamento Nova Querência (Portal do Pantanal – ASPPAN), em novembro de 2003, onde foi aplicado um questionário específico para a mesma. A presidente comunicou que não havia nenhuma previsão de reuniões dos assentados para que se pudesse realizar a aplicação do questionário aos titulares dos btes. Neste caso foi feita aplicabilidade do questionário para cada titular, em seu lote, durante as três primeiras semanas do mês de janeiro de 2004.

Para dimensionar o tamanho da amostragem, foi utilizada a fórmula proposta pelo autor Kreijcie (1970, p. 607):

$$s = X^2 NP(1-P) \div d^2 (N-1) + X^2 P(1-P).$$

$S$  = Tamanho da amostra requerida.

$X$  = Valor da tabela do qui-quadrado para 1 grau de liberdade no nível desejado da confiança.

$N$  = Tamanho da população.

$P$  = Proporção da população.

$d$  = Grau de exatidão expressado como proporção.

Considerando que o tamanho da população do assentamento Nova Querência é de 157 famílias, utilizou-se  $N=160$  na tabela para determinação do tamanho da amostra (Ver modelo em anexo). Portanto, o tamanho amostral foi correspondente a 113 famílias, o que equivale a 72% do total da população do assentamento.

A escolha dos 113 proprietários dos lotes se deu da seguinte forma: foram selecionados todos os 38 lotes que contornam a Reserva Legal (920 ha) do assentamento Nova Querência e os demais lotes (75), escolhidos aleatoriamente.

## 2.3 PROCEDIMENTOS

Neste trabalho foi realizado um método investigativo através do contato direto com os assentados e com a presidente da associação Portal do Pantanal (ASPPAN), utilizando entrevistas dirigidas (Ver modelo em apêndice) e obtenção de informações de funcionários do IDATERRA (Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul) e do INCRA.

Na elaboração das questões a serem abordadas com os assentados, foi realizada uma prévia da entrevista que foi aplicada em 13 famílias, correspondendo a 11,50 % do tamanho da amostra (113 famílias). Após este teste, foram entrevistados 113 titulares dos lotes, dentre os 157 titulares que compõem o assentamento Nova Querência, durante as três primeiras semanas do mês de janeiro de 2004.

Foi aplicado um questionário de 32 questões, incluindo itens objetivos e dissertativos, onde cada titular era livre para respondê-las sem nenhuma indução de respostas. Todos os

titulares e seus familiares foram extremamente receptivos e não se intimidaram em responder as questões.

Com referência ao questionário aplicado aos 113 entrevistados, foram abordadas questões pertinentes ao gênero, faixa etária, escolaridade, moradia, origem das famílias assentadas, ocupação anterior do titular, número de dependentes, situação dos bens materiais, renda mensal, produtos para geração de renda, condições das infra-estruturas, religião, relação com o meio ambiente, problemas encontrados no assentamento e possíveis potencialidades de desenvolvimento local.

Foram elaborados, também, questionários para a presidente da associação com 24 questões e para o técnico extensionista do IDATERRA com nove questões (Ver modelo em anexo).



### **III - CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO NOVA QUERÊNCIA**

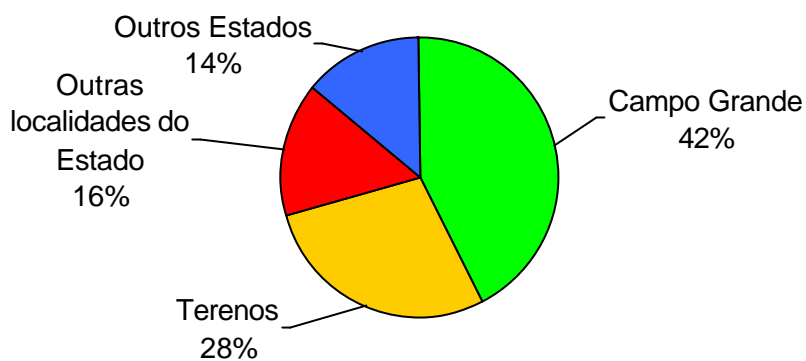
Neste capítulo serão apresentados os resultados referentes às condições sócio-econômicas das famílias do assentamento Nova Querência. Com relação às condições sociais, serão apresentados os dados obtidos como a origem das famílias assentadas, nível de satisfação com o lote, escolaridade, religião, gênero, educação escolar, dentre outros. Com relação às condições econômicas, a pesquisa abordou renda familiar, evolução dos bens materiais, produtos de comercialização, dentre outros.

#### **3.1 CONDIÇÕES SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DOS ASSENTADOS ENTREVISTADOS**

##### **3.1.1 Origem das famílias entrevistadas do assentamento Nova Querência**

O Gráfico 01 mostra a procedência das famílias assentadas. Podemos observar que 86% das famílias eram originárias do Estado de Mato Grosso do Sul e apenas 14% de outros Estados da República Federativa do Brasil. Ribeiro (2003) verificou que no assentamento Paraíso, que se encontra próximo da local desta pesquisa, a maioria das famílias (91%), também era oriunda do Estado de Mato Grosso do Sul.

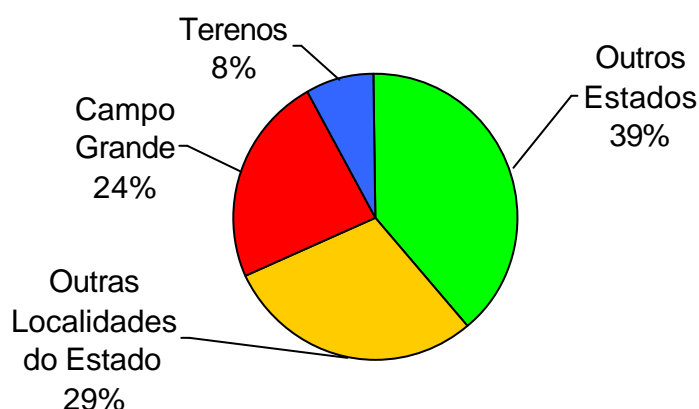
Em relação ao local de moradia anterior das famílias do assentamento Nova Querência, destacavam-se localidades como: Nioaque, Sidrolândia, Aquidauana, Dourados, Chapadão do Sul, Anhanduí, Cachoeirão, Cachoeirinha, Amambaí, Camapuã, Deodápolis e Ponta Porá. Foram registrados também, imigrantes dos Estados do Paraná, Goiás, Alagoas, Bahia, Ceará e São Paulo.



**Gráfico 01:** Local de origem das famílias residentes no assentamento Nova Querência

É interessante ressaltar que, 61% dos titulares tinham nascido no próprio Estado de Mato Grosso do Sul e, a minoria (39%), em outros Estados, como: Paraná, Minas Gerais, Ceará, Santa Catarina, Goiás, São Paulo, Pará, Espírito Santo e Bahia. Apenas 8% dos entrevistados, tinham nascido dentro do próprio município de localização do assentamento Nova Querência. (Gráfico 02).

Antes de serem assentadas, as famílias estavam acampadas dentro da Fazenda Nova Querência, pertencente à família Barcellos. O tempo de permanência neste acampamento, segundo a presidente da associação do assentamento Nova Querência, Portal do Pantanal (ASSPAN), teve duração de 45 dias.



**Gráfico 02:** Local de nascimento dos titulares dos lotes do assentamento Nova Querência

Doze famílias pertenceram a outros assentamentos (Paraíso, Patagônia ou Campo Verde), que corresponde a 11% dos entrevistados. Segundo os mesmos, apresentavam grandes

dificuldades financeiras e/ou dificuldades de atividades agrícolas pela baixa fertilidade do solo nos assentamentos anteriores, obrigando-os a procurar outro assentamento com melhores condições de desenvolvimento. As demais famílias (89%) participaram pela primeira vez da instalação em um assentamento.

A aquisição dos lotes pela maioria das famílias (91%, n=103) se deu pela reforma agrária. No entanto, o restante (9%, n=10) adquiriu-os por compra direta com o assentado beneficiado.

A maioria dos titulares entrevistados (66%, n=75) ressaltou que o principal motivo da aquisição do lote foi “ter a própria terra” (Tabela 01), tendo assim possibilidades de sossego e “aumentar a renda familiar” (29% n=33). Foi citado, também, “não ser mais empregado”, “dificuldades financeiras” e até mesmo como um “sonho familiar”

**Tabela 01:** Motivos de aquisição do lote pelos entrevistados

<b>Motivo</b>	<b>Nº de Respostas obtidas</b>	<b>Percentuais em relação aos 113 entrevistados</b>
Ter a própria terra	75	66 %
Aumento de renda familiar	33	29 %
Não ser empregado (a)	24	21 %
Dificuldades financeiras	3	3 %
Sonho familiar	1	1 %
<b>Total</b>	<b>136</b>	

Todos os 113 entrevistados disseram gostar do lote, sendo que 49% gostavam do sossego que o mesmo oferece e apenas 1% ressaltou que o lote seria o futuro dos filhos (Tabela 02).

**Tabela 02:** Motivos de satisfação com o lote

<b>Motivo</b>	<b>Nº de Respostas obtidas</b>	<b>Percentuais</b>
Sossego	56	49 %
Fonte de renda	7	11 %
Produção de lavoura	12	11 %
Nova vida	12	11 %
Habitação	11	10 %
Criação de bovinos	8	7 %
Futuro dos filhos	1	1 %
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100 %</b>

Provavelmente, um dos motivos que levou as famílias assentadas a não acreditarem em um futuro próspero para os filhos, é que o assentamento não apresentava muito a oferecer para que permanecessem no local, apenas se tornarem agricultores (43%) como os pais e/ou freqüentar a escola e igreja locais (Tabela 03).

Todos os entrevistados pretendiam viver mais de 10 anos no local ou, até mesmo, durante toda a vida, segundo informações obtidas na pesquisa.

**Tabela 03:** Estímulos para os adolescentes viverem no assentamento

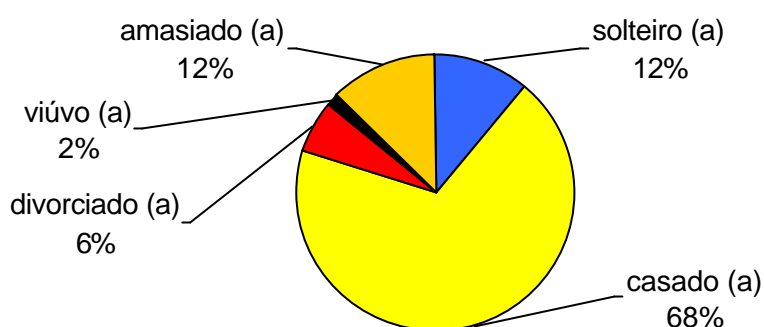
<b>Motivo</b>	<b>Nº de Respostas obtidas</b>	<b>Percentuais</b>
Ser agricultor	49	43 %
Nenhum	33	29%
Escola	20	18 %
Gosta do lote	7	6 %
Igreja	2	2 %
Sossego	2	2 %
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100%</b>

### 3.1.2 Sexo dos titulares

Dentre os titulares dos lotes, verificamos uma predominância do sexo masculino, 61% contra 39% do sexo feminino. De acordo com as entrevistas realizadas, muitas mulheres titulares se encontram desanimadas pelo árduo trabalho agrícola não tendo nenhuma perspectiva de desenvolvimento, por estarem sós ou por não apresentarem incentivos financeiros (Este último, não sendo diferente para os homens). A participação da mulher é essencial na atividade produtiva uma vez que a atividade não é prioridade apenas dos homens do assentamento.

### 3.1.3 Estado civil dos titulares

Quanto ao estado civil, 68% dos titulares eram casados, 12% solteiros, 12% amasiados, 6% divorciados e 2% viúvos, (Gráfico 03).



**Gráfico 03:** Estado civil dos titulares dos lotes

#### 3.1.4 Nível de escolaridade e religião dos titulares

Quanto ao nível de escolaridade, a Tabela 04 mostra que 53% dos titulares apresentava ensino básico incompleto, 17% não tinha nenhuma instrução e 4% possuía o ensino médio completo. O que chama muito atenção, era a quantidade de pessoas que apresentavam curso superior incompleto (10%), pois, apesar de se encontrarem distante da vida urbana, desejavam obter um título de graduação.

**Tabela 04:** Nível de escolaridade dos titulares dos lotes do assentamento Nova Querência

Escolaridade	Nº de Entrevistas	Percentuais
3º grau incompleto	11	10 %
3º grau completo	1	1 %
2º grau incompleto	11	10 %
2º grau completo	5	4 %
1º grau incompleto	60	53%
1º grau completo	6	5 %
Sem instrução	19	17 %
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100 %</b>

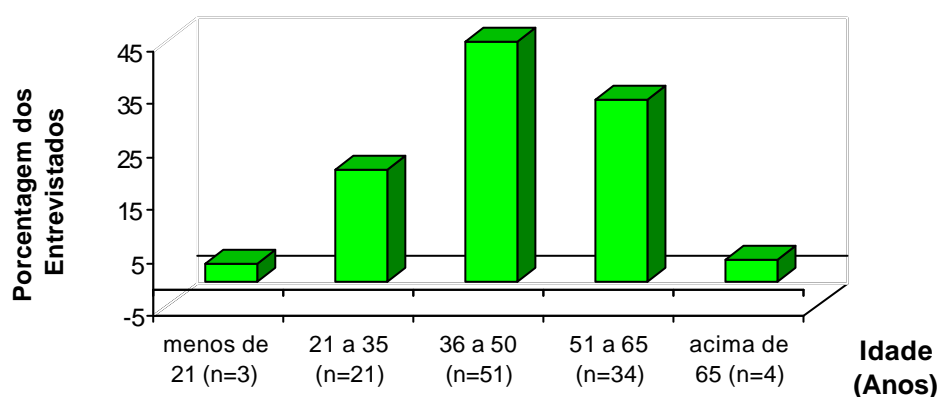
Quanto à religião, 78% das famílias assentadas eram católicas, 21% adventistas e 1% budista. No assentamento não existia nenhuma igreja católica, assim, estas pessoas necessitavam se deslocar para outros assentamentos. Porém, foram observadas duas igrejas adventistas em que muitas famílias eram freqüentadoras assíduas.

### 3.1.5 Faixas etárias das famílias assentadas

Considerando os 113 entrevistados, 488 pessoas residiam no assentamento Nova Querência, envolvendo titulares e dependentes. Destas 488 pessoas, segundo o questionário aplicado, 67% (326 pessoas) apresentava idade superior a 18 anos e 33% (162 pessoas), idade inferior a 18 anos. Neste universo, 375 pessoas eram dependentes dos titulares dos lotes.

Segundo os dados obtidos na pesquisa de campo, 213 dependentes (57%) eram maiores de 18 anos e 162 (43%), menores. Quanto ao sexo dos dependentes, havia predominância do masculino (199 pessoas) sobre o feminino (176 pessoas).

De acordo com Gráfico 04, 45% dos titulares apresentavam idade que variava de 36 a 50 anos (Uma população bastante jovem) e, 22%, idade inferior a 35 anos. No assentamento rural Capão Bonito II (RIBAS, 2003), situado no município de Sidrolândia – MS, a situação não era muito diferente, pois se verificava que a força de trabalho correspondia a 59,9% (14 a 65 anos) da população, sem descontar inválidos e impossibilitados para o trabalho.



**Gráfico 04:** Porcentagem dos entrevistados em cada faixa etária.

### 3.1.6 Assistência técnica aos assentados

A assistência técnica às famílias do assentamento Nova Querência era realizada pelo IDATERRA, através do escritório regional situado em Terenos. Além de manterem uma parceria com o INCRA que auxiliavam na diversificação da atividade agrícola, os assentados também contavam com um posto técnico de informações agrícolas dentro do assentamento. O escritório do IDATERRA em Terenos atendia outros assentamentos: Campo Verde, Patagônia e Paraíso.

Foi realizada uma entrevista com uma técnica extensionista do IDATERRA, em Terenos – MS. Esta afirmou que o IDATERRA prestava assistência técnica ao assentamento Nova Querência desde a implantação do mesmo, e relatou a existência de dificuldades decorrentes do conflito das duas associações existentes.

Segundo os entrevistados, o técnico extensionista desempenhava um papel importante no processo de desenvolvimento do assentamento, visto pelos assentados, como um informante das tecnologias agrícolas. Podia gerar trocas de experiências com os assentados, oferecendo condições para que as famílias pudessem se qualificar e capacitar.

### 3.1.7 Educação escolar

No início da criação do assentamento Nova Querência, a educação escolar era oferecida pela Prefeitura Municipal de Terenos em um barracão no centro do assentamento.

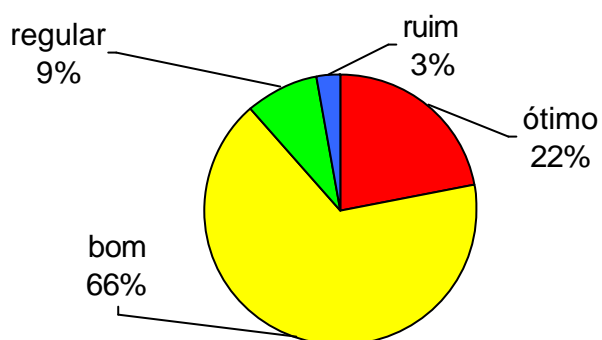
Na época desta pesquisa, os dependentes dos titulares de lotes do assentamento Nova Querência, que moravam no local, eram atendidos pela Escola Municipal Isabel C. W. Rodrigues (Fotos 04 e 05), com área de 891 m<sup>2</sup> e constituída por seis salas de aula. Os alunos se deslocavam por condução própria (Bicicletas, cavalos, carroças, motocicletas ou carros) ou eram transportados por ônibus da Prefeitura Municipal de Terenos.

Os dependentes dos titulares em idade escolar freqüentavam a escola, provavelmente, pelo fato de muitas famílias receberem os benefícios do Programa Nacional do Bolsa Escola. Segundo o Gráfico 05, a maioria dos proprietários rurais (97% dos entrevistados), considerava como positivo (Ótimo, bom e regular) o ensino oferecido pela escola no assentamento Nova Querência, visto que apresentava bons Professores.

De acordo com dados obtidos pela secretaria da Escola Municipal Isabel C. W. Rodrigues, a escola funcionava durante os períodos matutino e vespertino desde maio de 2003. Foram matriculados neste período, 322 alunos que cursavam os ensinios básico, fundamental e médio.

Segundo a própria escola, a evasão escolar, durante o ano de 2003, foi de 5% (16 alunos matriculados), provavelmente, em consequência do trabalho exigido nos lotes de seus pais. Em 2004, a escola recebeu a matrícula de mais 20 alunos novos, totalizando 326 alunos no mesmo ano.

A escola municipal foi construída entre o período de 30/07/02 à 14/04/03 pela empresa Delta Desenvolvimento de Engenharia Ltda, empresa constituída em Campo Grande, em 17 de dezembro de 1984.



**Gráfico 05:** Nível de satisfação com a educação escolar



**Foto 04:** Vista frontal da nova escola municipal





**Foto 05:** Vista lateral da nova escola municipal

#### 3.1.8 Lazer / entretenimento

Quanto ao lazer no assentamento Nova Querência, foi constatado que o mesmo era bastante limitado, visto que não havia muitas opções para os moradores. Em certas épocas do ano, eram realizadas algumas festas promovidas pela Escola Municipal Isabel C. W. Rodrigues ou até mesmo, pela cooperativa de leite local. Como forma de entretenimento, verificou-se que 97% das famílias citaram o rádio e 87% a TV.

### 3.2 CONDIÇÕES ECONÔMICAS DOS ASSENTADOS

#### 3.2.1 Atividades anteriores à chegada ao assentamento, dos titulares dos lotes

Segundo dados do IDATERRA (2002), o Banco da Terra estipulou algumas condições para que os trabalhadores rurais possam vir a ter a sua própria terra pelo programa de reforma agrária: (1) não pode ter sido assentado, (2) não ser, nem ter sido, proprietário, (3) não ter direito

à herança de terras, (4) não ser funcionário público, (5) ter patrimônio inferior a 30 mil reais, (6) ter renda anual inferior a 15 mil reais, (7) ter tradição mínima de 5 anos na atividade agropecuária e (8) não ter participado de ocupações de propriedades rurais ou urbanas

Pela Tabela 05, observa-se que 60% dos titulares se enquadravam no perfil do Banco da Terra, 33% estavam desempregados e 7% eram trabalhadores provenientes de área urbana.

Observa-se também, na Tabela 05, que os critérios adotados pelo Banco da Terra não foram totalmente correspondidos, visto que 7% das famílias não se enquadram nas condições estipuladas, por serem oriundas do meio urbano.

**Tabela 05:** Ofício anterior do titular assentado

<b>Ocupação Anterior</b>	<b>Nº de Respostas obtidas</b>	<b>Percentuais</b>
Agricultor (a)	68	60 %
Desempregado (a)	38	33 %
Funcionário público (a)	3	3 %
Funcionário privado (a)	4	4 %
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100%</b>

Após a aquisição do lote pelo trabalhador rural, o mesmo foi financiado através de recursos do Tesouro Nacional, arrecadados para o Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Foi estipulado uma carência de até três anos para o início do pagamento do lote com prazos de até 20 anos (Foi definido caso a caso, de acordo com a capacidade de pagamento do investimento). Após a quitação do lote, o Banco da Terra passa o título de proprietário definitivo para o trabalhador rural.

A maioria dos entrevistados, ou seja, 84% (96 assentados), não apresentavam outra residência fora do assentamento Nova Querência. Dentre aqueles que possuíam residência em outra localidade (16%), esta se localizava em Campo Grande, Terenos, Patagônia ou Sidrolândia.

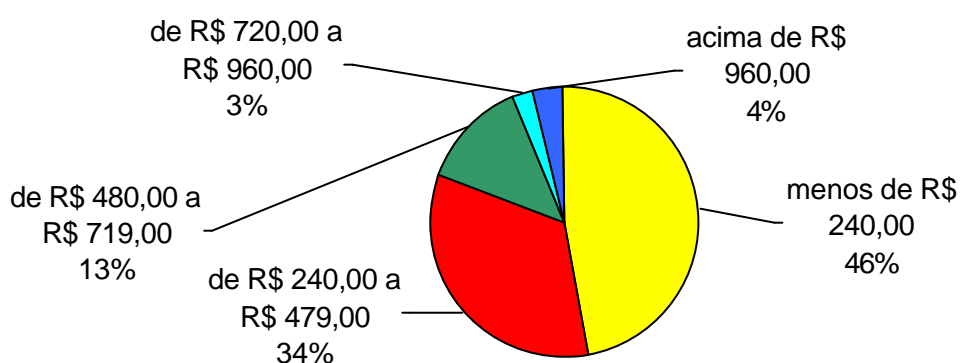
Segundo relatos dos entrevistados, existia outros titulares (Números não informados) que não moravam em seus lotes, deixando-os para caseiros cuidar ou, até mesmo, arrendando-os para outras pessoas.

### 3.2.2 Renda familiar

Considerando, como referência, que o valor do salário mínimo da época da pesquisa era de R\$ 260,00 (Duzentos e sessenta reais), de acordo com o Gráfico 06, apenas 4% dos titulares entrevistados apresentavam renda mensal acima de R\$ 960,00. Segundo estes últimos, o aumento da renda familiar só foi obtido a partir da obtenção de linhas de financiamentos em alguns bancos privados. Com isso, conseguiram adquirir subsídios agrícolas e pecuários que favoreceram o desenvolvimento financeiro.

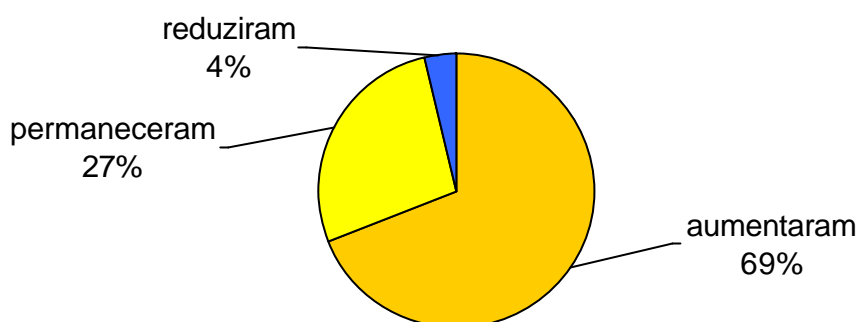
No entanto, 46% das famílias apresentavam renda mensal inferior a um salário mínimo. Neste caso, foi alegado dificuldades com o plantio devido ao solo ser pobre em nutrientes e a falta de incentivo financeiro por parte dos governos. Para 34% dos entrevistados, a renda familiar variou de R\$ 240,00 a R\$ 479,00.

As famílias que apresentavam êxito financeiro, além de produzirem para o próprio consumo, conseguiam vender o excedente para giro de capital.



**Gráfico 06:** Renda familiar mensal dos assentados

Apesar da maioria dos titulares apresentarem renda mensal inferior ao salário mínimo, ressalta-se que 69% alegaram que seus bens materiais aumentaram depois que se instalaram no assentamento Nova Querência. No entanto, 4% tiveram seus bens materiais reduzidos e 27% permaneceram com os mesmos bens materiais (Gráfico 07).



**Gráfico 07:** Avaliação dos entrevistados, em 2004, sobre a mudança na quantidade de bens materiais.

A maioria dos entrevistados apresentava bens materiais básicos, como por exemplo, 97% possuía TV, 95% possuía geladeira e 86% rádio. Apenas 2% dos entrevistados possuía ar condicionado, apesar de existir energia elétrica em todos os lotes. As condições financeiras variavam de uma família para outra (Ver item 3.3.3).

A respeito de veículos automotores, 35% possuíam veículos automotivos e 13% tratores, sendo que estes, em alguns casos, eram utilizados pelos titulares na época de plantio.

**Tabela 06:** Bens apresentados pelos titulares dos lotes, em 2004

Bens Atuais	Nº de Respostas obtidas	Percentuais em relação aos 113 entrevistados
TV	110	97 %
Geladeira	107	95 %
Rádio	97	86 %
Veículo automotivo	39	35 %
Trator	15	13 %
Implementos	9	8 %
Ar condicionado	2	2 %
<b>Total</b>	<b>379</b>	

Quanto aos produtos analisados, conforme a Tabela 07, 84% das famílias apresentavam atividade leiteira seguida de lavoura (46%), hortifrutigranjeiros (10%), produção de doces caseiros (4%) e comércio de carnes (4%). Somente 4% dos entrevistados não apresentavam nenhuma produção para geração de renda. A produção de leite era vendida para um resfriador local com mais de vinte integrantes e, a produção da lavoura, os produtos hortifrutigranjeiros, a

produção de doces caseiros e as carnes de boi, frango e de suínos, para comerciantes de Campo Grande.

**Tabela 07:** Produtos comercializados pelos assentados

<b>Produto Comercializado</b>	<b>Nº de Respostas obtidas</b>	<b>Percentuais em relação aos 113 entrevistados</b>
Leites e/ou derivados	95	84 %
Lavoura	54	48 %
Hortifrutigranjeiros	11	10 %
Produção de doces caseiros	5	4 %
Carnes	5	4 %
Não produz	5	4 %
<b>Total</b>	<b>175</b>	

A respeito dos animais utilizados como fonte de renda, a maioria dos titulares possui criação de bovinos, aves e suínos (86%, 77% e 56%, respectivamente), conforme mostra a Tabela 08. Apenas 4% dos entrevistados não apresentavam criação de nenhum animal para geração de renda. O produto de origem animal com maior comercialização no assentamento era o leite, pois havia dois resfriadores para atender à comunidade local. Seis titulares (5%), estavam atuando na sericicultura para obtenção de seda como alternativa de geração de renda.

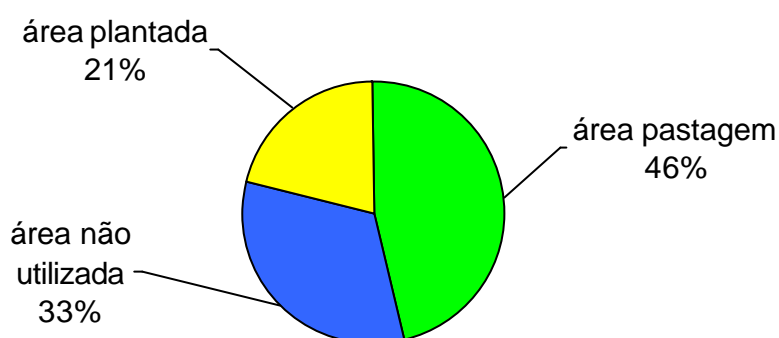
**Tabela 08:** Animais criados para subsistência e geração de renda

<b>Criação</b>	<b>Nº de Respostas obtidas</b>	<b>Percentuais em relação aos 113 entrevistados</b>
Bovinos	97	86 %
Aves	87	77 %
Suínos	63	56 %
Outros	26	23 %
Caprinos	8	7 %
Bichos-da-seda	6	5%
Não Possui	4	4 %
Abelhas	1	1%
<b>Total</b>	<b>292</b>	

A área total dos 113 proprietários dos lotes entrevistados era de 2038,03 ha, divididos em áreas de pastagens, lavouras e áreas não utilizadas (Gráfico 08). Quanto à lavoura, eram produzidos os mais diversificados produtos, salientando que a maior área, segundo os

entrevistados, correspondia a 46 % de pastagem contra 21% de plantio e 33\% de área não utilizada, mostrando assim, a maior importância da atividade leiteira.

Quanto à área não utilizada, os titulares alegaram serem áreas improdutivas tanto para a atividade leiteira como para a lavoura, pois correspondiam a regiões de brejos, córregos ou áreas não desmatadas. Segundo os titulares, a área não utilizada poderia ser direcionada para a construção de tanques de piscicultura, faltando para isso, reuniões para promover a interação e a cooperação entre os próprios assentados para um bem comum.



**Gráfico 08:** Percentual da utilização da área do lote

De acordo com os dados obtidos, 48% das famílias produziam culturas para geração de renda e subsistência. No assentamento, ocorria a predominância da cultura de arroz (37%), principalmente para subsistência, seguida de mandioca (17%) e de milho (13%). A produção de amora (6%), referia-se à manutenção da sericicultura que exigia a utilização das folhas. Com menor porcentagem, encontrava-se, também, lavoura de feijão (6%), banana (4%), algodão (4%) e cana-de-açúcar (2%) (Tabela 09).

**Tabela 09** – Tipo de lavoura plantada pelos assentados

Tipo de Lavoura	Nº de Respostas obtidas	Percentuais em relação aos 113 entrevistados
Arroz	20	37 %
Mandioca	9	17 %
Milho	7	13 %
Amora	3	6 %
Feijão	3	6 %
Banana	2	4 %
Algodão	2	4 %
Cana-de-açúcar	1	2 %
<b>Total</b>	<b>47</b>	

### 3.2.3 Auxílios governamentais para as famílias do assentamento

Apenas 39% dos proprietários rurais do assentamento Nova Querência recebiam algum tipo de auxílio do governo. Dentre eles, o que mais se destacou, foi a bolsa escola (77%) seguido do vale-gás (18%) e do seguro alimentação (5%). Estes programas foram criados pelo decreto nº 3877, de 24 de julho de 2001.

Segundo o Ministério de Educação e Cultura (MEC, 2002), o Programa Nacional Bolsa Escola é uma ação do Governo Federal, de alcance nacional, que pretende implementar "iniciativas que, diretamente ou em parceria com instituições da comunidade, incentivem e viabilizem a permanência das crianças beneficiárias na rede escolar, por meio de ações socioeducativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar ao das aulas". Assim, todo município que participa do Programa Nacional Bolsa Escola tem o compromisso de desenvolver ações socioeducativas.

O Programa Nacional do Bolsa Escola foi criado com a proposta de conceder benefício monetário mensal a milhares de famílias brasileiras em troca da manutenção de suas crianças na escola. A população a ser atendida foi definida segundo dois parâmetros e um requisito: faixa etária, renda e frequência à escola. Assim, todas as famílias com renda *per capita* mensal inferior a ½ salário mínimo, cujas crianças de 6 a 15 anos estiverem frequentando o Ensino Fundamental regular, podem ser beneficiadas pelo Bolsa Escola Federal. Uma vez beneficiária, a família passa a receber R\$ 15,00 mensais, por aluno, limitando-se a três crianças por família, ou seja, R\$ 45,00. A cada três meses, a frequência das crianças bolsistas na escola é analisada e o pagamento do benefício a seus pais ou responsáveis pode ser suspenso quando houver mais de 15% de faltas em um dos meses do período apurado.

De acordo com o Ministério do Trabalho (2002), algumas famílias do assentamento Nova Querência participavam, também, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Este programa tem como objetivo extinguir, em parceria com os diversos setores dos governos estaduais e municipais e da sociedade civil, o trabalho infantil, principalmente em atividades perigosas, insalubres e degradantes. Destina-se, prioritariamente, às famílias atingidas pela pobreza e pela exclusão social, com renda per capita de até ½ salário mínimo, com filhos na faixa etária de 7 a 14 anos, principalmente que trabalhem em atividades dessa natureza.

Quanto ao vale-gás, o governo federal subsidia a compra do gás liquefeito (Gás de cozinha) para famílias com renda *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. O valor do benefício mensal é de R\$ 7,50 (Sete reais e cinquenta centavos) sendo pagos bimestralmente à mãe ou, na sua ausência, ao responsável pela família.

De acordo com o Ministério da Agricultura, o programa Bolsa-Alimentação, criado pelo Ministério da Saúde, consiste na promoção das condições de saúde e nutrição de gestantes, mães amamentando seus filhos menores de seis meses e crianças de seis meses a seis anos e 11 meses de idade, em risco nutricional, crianças órfãs de mães, filhas de mães soropositivas para HIV-AIDS ou mães com psicose grave que contra-indiquem a amamentação. Este benefício é oferecido para integrantes de famílias sem renda ou que possuam renda *per capita* mensal de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, e o valor o benefício mensal é de R\$ 15,00 (Quinze reais).



## **IV - CONDIÇÕES FÍSICAS DO ASSENTAMENTO NOVA QUERÊNCIA E A RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS COM O MEIO AMBIENTE**

Neste capítulo serão apresentados os resultados referentes às condições físicas do assentamento Nova Querência e a relação das famílias com o meio ambiente. As estruturas físicas pesquisadas envolviam abastecimento de água, energia elétrica, meios de transporte e vias de acesso, habitação, saneamento básico, meios de comunicação, assistência médico-odontológica e a associação do assentamento Nova Querência..

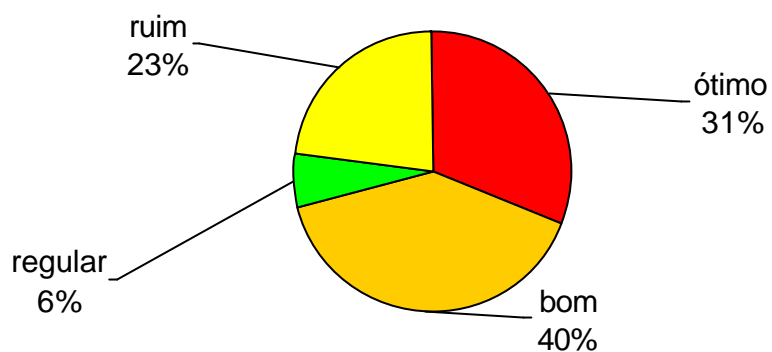
Em relação ao meio ambiente, serão analisados os dados obtidos sobre a sua importância para o assentamento, a invasão de animais silvestres, as ações antrópicas e, principalmente, a degradação ambiental.

### **4.1 INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS DO ASSENTAMENTO NOVA QUERÊNCIA**

#### **4.1.1 Abastecimento de água**

As famílias do assentamento Nova Querência somente obtiveram água encanada após estarem há três anos no local. O assentamento apresentava duas subestações de armazenamento de água no local (Fotos 06 e 07), porém, a água encanada parecia ser setorizada, pois, existiam lotes que se beneficiavam diariamente de água, enquanto outros recebiam água uma, duas ou no máximo, três vezes por semana. Mesmo nestas condições, 77% dos entrevistados consideraram como positivo (Ótimo, bom e regular) o abastecimento de água, (Gráfico 09).

As famílias que consideraram como ruim o fornecimento de água (23%), justificavam o fato, por se encontrarem muito afastadas das subestações de armazenamento de água, dificultando, assim, o consumo diário.



**Gráfico 09:** Nível de satisfação dos entrevistados em relação ao abastecimento de água

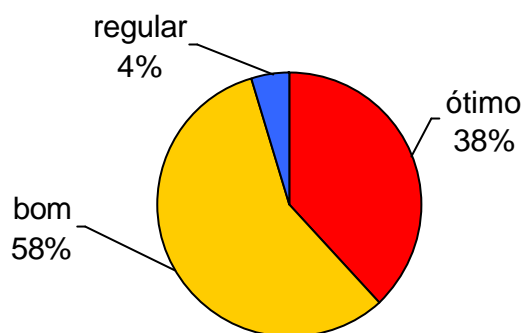


**Fotos 06 e 07:** Subestações de armazenamento de água 01 e 02

#### 4.1.2 Energia elétrica

Desde 2002 o assentamento Nova Querência possuía rede de energia elétrica, sendo que 96% das famílias pesquisadas, consideravam como positivo o abastecimento elétrico, (Gráfico

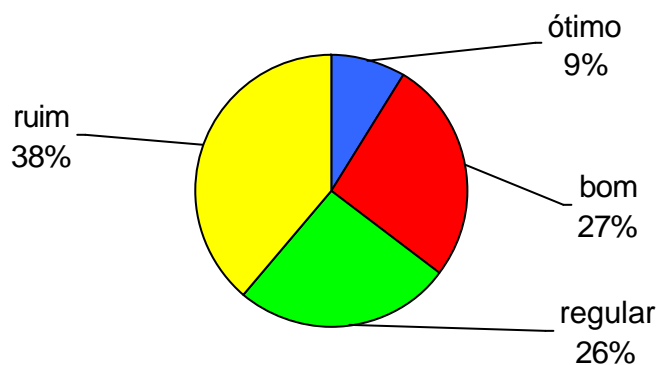
10). A leitura do consumo era feita mensalmente por um coletor do município de Terenos – MS. A única reclamação era referente ao custo da energia elétrica e a demora de assistência técnica quando ocorria queda de energia.



**Gráfico 10:** Nível de satisfação dos assentados em relação ao abastecimento de energia elétrica

#### 4.1.3 Transporte e vias de acesso ao assentamento

A grande reclamação por parte dos moradores do assentamento Nova Querência era referente ao serviço de transporte coletivo local. Para 38% dos entrevistados, este serviço era precário (Gráfico 11). Os entrevistados reclamavam, principalmente, da demora e da frequência dos ônibus de linha. A frequência com que estes ônibus se deslocavam para as cidades de Terenos, Dois irmãos do Buriti, Sidrolândia ou Campo Grande, era semanal.



**Gráfico 11:** Nível de satisfação dos assentados em relação aos transportes coletivos

O acesso para assentamento Nova Querência (Fotos 08 e 09) era muito difícil, pois apresentava terra batida e pedregosa, além de pontes de madeira precárias. A distância entre o assentamento Nova Querência e Terenos, como já foi dito anteriormente na página 29, era de 57 km. A precariedade da estrada dificultava, além do transporte coletivo, o escoamento da produção, principalmente no período de chuvas intensas que ocorrem, normalmente, entre dezembro e fevereiro.

O escoamento da produção agrícola ocorria através de veículos dos próprios moradores. Aqueles que não possuíam um veículo para transportar a produção, acabava alugando de outros assentados.

O escoamento da produção leiteira ocorria através dos meios de transporte dos resfriadores locais. A maioria das produções agrícola e leiteira era escoada através de uma estrada que atravessava a fazenda Santa Mônica, ligando o assentamento Nova Querência a Campo Grande, pois se encontrava em melhor estado.



**Foto 08:** Rodovia Estadual - MS 455 – Ligando Campo Grande a Sidrolândia



**Foto 09:** Estrada de acesso ao assentamento Nova Querência

As Fotos 10 e 11 mostram a entrada de acesso ao assentamento Nova Querência.



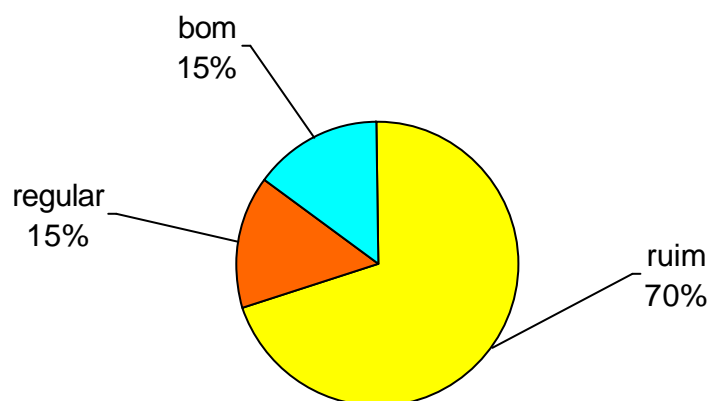


**Foto 10:** Vista parcial 01 da entrada do assentamento Nova Querência



**Foto 11:** Vista parcial 02 da entrada do assentamento Nova Querência

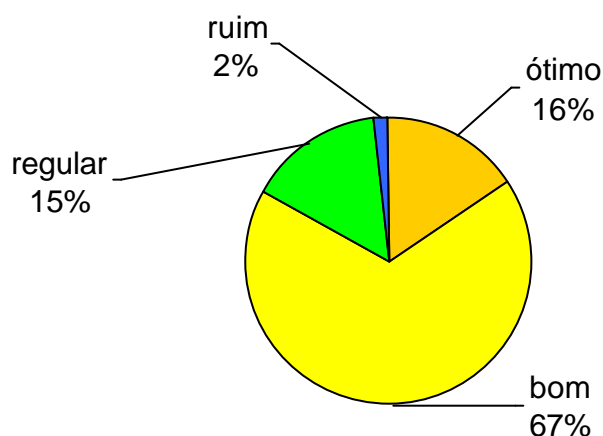
Assim, não foi nenhuma surpresa verificar que 70% das famílias consideravam como ruim as vias de acesso ao assentamento (Gráfico 12).



**Gráfico 12:** Nível de satisfação dos assentados em relação às vias de acesso do assentamento

#### 4.1.4 Habitação e saneamento básico

A construção das casas do assentamento, em sua maioria, era de alvenaria sem reboco, sem forração, somente com contra piso e com telhas de eternit. Porém, 83% dos titulares entrevistados consideravam como positiva (Ótimo, bom e regular) a situação de suas moradias e apenas 2% como ruim, conforme o Gráfico 13. O principal problema das moradias locais era que as mesmas não apresentavam saneamento básico. Segundo os dados obtidos, 96 entrevistados (85%) afirmaram que os dejetos sanitários eram lançados diretamente em fossas rudimentares (Em alguns casos, muito próximas de poços que forneciam água potável) e, 17 (15%), lançavam a céu aberto, atraindo uma grande quantidade de agentes transmissores de doenças.



**Gráfico 13:** Nível de satisfação dos assentados em relação à moradia

Em relação à segurança pública, não existia nenhum posto policial para atender à população local. Quando era necessário, os moradores recorriam à cidade de Terenos e aguardavam o atendimento que, muitas vezes, podia demorar até dois dias. Porém, é bom ressaltar que as condições do local, aparentemente, não exigiam o destacamento de policiais para o local, visto que, segundo os moradores, nunca houve casos de homicídios e/ou furtos de nenhuma espécie.

#### 4.1.5 Assistência médico-odontológica

Um dos maiores problemas enfrentados pelas famílias do assentamento Nova Querência, era a ausência de serviços médico-odontológicos. Estes serviços eram oferecidos mensalmente, com dia e hora marcados, no assentamento Campo Verde, que dista 5 km do assentamento Nova

Querência. Se houvesse necessidade de algum indivíduo ser atendido fora do dia marcado, o mesmo deveria recorrer às cidades de Terenos, Dois irmãos do Buriti, Sidrolândia ou, até mesmo, Campo Grande.

Os moradores reclamavam, principalmente, de casos de verminoses em crianças, adolescentes e, até mesmo, em adultos. Tal problema podia ser oriundo da inexistência de saneamento básico (Como dito anteriormente na página 55) adequado e da falta de informação sobre os devidos cuidados básicos de higiene.

#### 4.1.6 Associação do assentamento Nova Querência

A associação do assentamento Nova Querência (Foto 12) denominava-se ASPPAN (Associação Portal do Pantanal), sendo presidida, na época, por uma mulher. A presidente foi escolhida, juntamente com outros dez assentados (Assessores), durante a criação do assentamento, através de voto democrático entre os titulares dos lotes. Esta eleição foi motivada pela necessidade de possuírem um representante com voz ativa nas negociações de verbas destinadas ao desenvolvimento do assentamento junto ao INCRA. Segundo o diretor financeiro da associação, a presidente obteve 60% dos votos.

A associação localizava-se nos fundos da Escola Municipal Isabel C. W. Rodrigues. Segundo informações obtidas, cerca de 79% dos assentados participavam das reuniões para tratar assuntos de bem comum.

No assentamento existia outra associação denominada Associação dos Produtores Orgânicos, presidida por um outro assentado (Neste caso, do sexo masculino). Através desta associação, as famílias encontraram formas de produção alternativa para aumentar seus rendimentos. Os trabalhadores do local deram início à construção de uma usina para extração de óleo vegetal de girassol, gergelim e de amendoim. A Associação dos Produtores Orgânicos recebeu uma doação de equipamentos como: uma central de filtragem, prensa, central desintoxicadora de bagaço e uma estufa, para que pudesse ser feita a extração do óleo vegetal. Com isso, deram início à construção de uma usina que tinha a capacidade de processar 10 mil quilos de grãos por dia, suficientes para abastecer o assentamento Nova Querência e, ainda, outros três assentamentos existentes no município.



De acordo com os entrevistados, existiam divergências entre as duas associações existentes no assentamento Nova Querência, fatos que dificultavam a prosperidade de ambas.

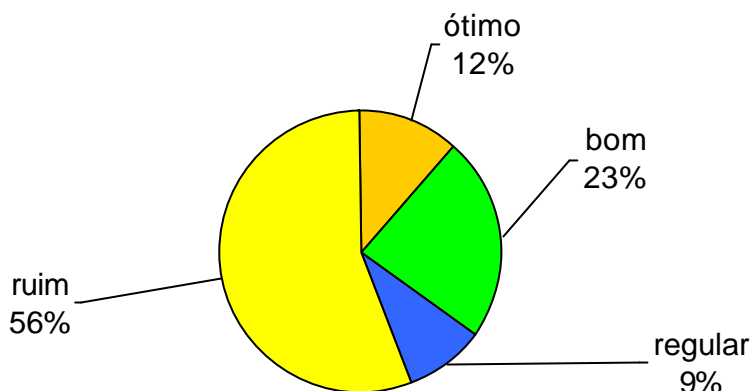


**Foto 12:** Vista lateral da associação Portal do Pantanal - ASSPAN

#### 4.1.7 Meios de comunicação

Os meios de comunicações analisados foram os que possibilitavam as linguagens falada ou escrita entre as pessoas, como telefonia celular, convencional ou até mesmo via correio pela ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos).

O assentamento Nova Querência não possuía telefones fixos residenciais e nem caixa de coleta do correio. Para a comunicação por telefonia, as famílias necessitavam se deslocar à escola municipal para que pudessem usufruir um telefone público (Orelhão). Porém, segundo os próprios moradores, muitas vezes este se encontrava inoperante. No caso do correio, a única maneira era se deslocar à cidade mais próxima, no caso Terenos. Para 56% dos entrevistados, a situação dos meios de comunicação era ruim (Gráfico 14). Havia titulares que possuíam telefonia celular que, em algumas regiões do assentamento, apresentavam ótimos sinais de ondas eletromagnéticas para o funcionamento do aparelho.



**Gráfico 14:** Nível de satisfação dos assentados com relação aos meios de comunicação

## 4.2 RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO NOVA QUERÊNCIA COM O MEIO AMBIENTE

### 4.2.1 Relações com o meio ambiente

O resultado das relações das famílias do assentamento Nova Querência com o meio ambiente era bastante visível no aspecto de degradação ambiental, principalmente na Reserva Legal, entretanto, 95% dos titulares alegavam não retirar madeira para consumo ou para construção de benfeitorias.

A partir das visitas realizadas pudemos verificar que a vegetação encontra-se com alto grau de antropização. Na região, a vegetação era do tipo Savana Parque e contato com flores Estacional, Semidecidual Aluvial (SEPLAN, 1989).

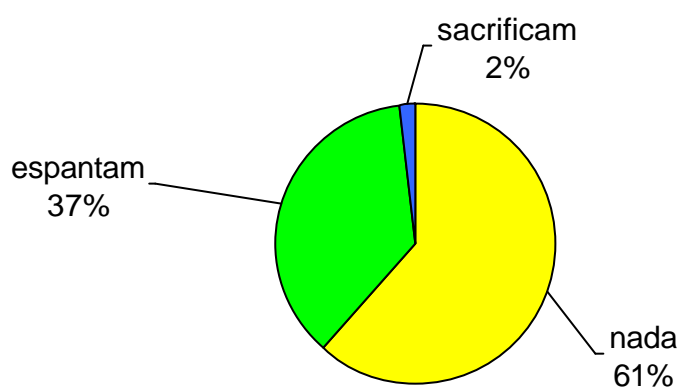
Dentre as transgressões com o meio ambiente, destacavam-se os diversos tipos de erosão ocorrendo nas áreas de lavouras e pastagens, sem que nada se fizesse para minimizar seus danos, muitas vezes irreversíveis.

Segundo relatos dos próprios entrevistados, alguns assentados (Números não informados) entravam nas RPPNs para a obtenção de animais através da caça. Os proprietários de fazendas vizinhas (Comunicação pessoal) alegaram que sabiam da entrada de pessoas para praticarem a caça, porém não conseguiam impedi-los, interferindo assim, no equilíbrio dinâmico do ecossistema local. Apesar de indícios de caça predatória, existia uma fauna exuberante tanto na Reserva Legal quanto nas RPPNs.

Segundo a pesquisa de campo, 10% dos entrevistados (12 pessoas) mostraram o interesse de criar animais silvestres em cativeiro para obtenção de geração de renda, porém a dificuldade se encontrava na liberação de financiamentos pelos órgãos públicos e/ou privados.

Dos titulares entrevistados, 61% ressaltaram que animais silvestres entravam nos seus lotes e atacavam lavouras e algumas criações (No caso, de animais carnívoros). Os animais que invadiam os lotes eram veados, catetos, capivaras, cobras, tamanduás, pacas, cutias, lobinhos e, segundo algumas famílias, até mesmo onças, dentre outros.

Nestas ocasiões, 61% dos titulares afirmaram não fazer absolutamente nada com os animais que invadiam seus lotes. Apenas 2% afirmaram sacrificá-los. (Gráfico 15).



**Gráfico 15:** Atitudes tomadas mediante a entrada de animais silvestres nos lotes

## V – DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Os problemas encontrados no assentamento Nova Querência foram os mais variados possíveis: estrada, saúde, transporte e abastecimento de água precários, desentendimentos dos assentados com a associação ASSPAN, dentre outros. Estão elencados na Tabela 10, os principais problemas apontados pelos titulares dos lotes pesquisados, destacando-se a precariedade da estrada (58%) e descaso com a saúde (25%).

**Tabela 10** – Principais problemas encontrados no assentamento Nova Querência, segundo os titulares entrevistados

<b>Principal Problema</b>	<b>Nº de Respostas obtidas</b>	<b>Percentuais em relação aos 113 entrevistados</b>
Estrada	66	58%
Saúde	28	25%
Transporte	17	15%
Água	13	12%
Falta Investimento - Governo	11	10%
Desunião dos assentados	9	8%
Associação	6	5%
Comunicação	6	5%
Assistência técnica	4	4%
Nenhum	3	3%
Escola	2	2%
Administração municipal	1	1%
<b>Total</b>	<b>166</b>	

Caso fosse possível à integração entre as famílias do assentamento Nova Querência, poderia ser criado um ambiente saudável e solidário, favorecendo a implantação de ações sociais e econômicas que propiciaram a melhoria na qualidade de vida da população local.

As reclamações dos assentados com a associação ASSPAN eram muito evidentes, gerando conflitos internos (Discordância, desânimo e brigas) que não resultavam em ações eficientes de desenvolvimento. No entanto, uma parceria com mais de vinte assentados estava

obtendo êxito: uma cooperativa de leite (Montada segundo a legislação em vigor para o resfriamento do leite). Os mesmos conseguiram uma linha de crédito junto ao banco rural para implementação das obras. Eram produzidos, diariamente, doces caseiros e outros derivados do leite com queijos. Também era coletado, em média, 1500 a 2000 litros de leite, sendo pasteurizados e vendidos no município de Terenos.

Segundo os próprios titulares dos lotes pesquisados, de acordo com a Tabela 11, 43% gostariam de comercializar a produção de leite por possuírem áreas de pastagens disponíveis (Ver Gráfico 08) e, 37%, produtos decorrentes da agricultura. Houve citações de comercialização de peixes, frangos, sericicultura e carne suína nesta ordem. O que chama a atenção é que 8 entrevistados (7%) não sabem o que produzir, pois vivem apenas da agricultura de subsistência.

**Tabela 11** – Atividades desejadas pelos entrevistados para geração de renda

<b>Gostaria de Produzir</b>	<b>Nº de Entrevistados</b>	<b>Percentuais</b>
Atividade leiteira	49	43 %
Agricultura	37	33 %
Piscicultura	9	8 %
Granja	8	7 %
Não sabem	8	7 %
Sericicultura	1	1 %
Carne suína	1	1 %
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100%</b>

A principal fonte de renda de 84% das famílias dos assentados (Tabela 07), era a comercialização do leite. Porém, apesar de grandes áreas de pastagens disponíveis, o pequeno tamanho do rebanho bovino comprometia a renda familiar. A dificuldade para obtenção de renda pelas famílias dos assentados, gerava desânimo e falta de perspectiva para os filhos.

Para se determinar qual seria a expectativa dos assentados quanto o desenvolvimento local da comunidade, questionou-se quais as possíveis potencialidades observadas que poderiam gerar bem estar para a comunidade através da geração de emprego e renda, (Tabela 12). Foi constatado, através do questionário, que 88% dos entrevistados acreditavam que a instalação de uma cooperativa agrícola, com maior número de assentados envolvidos, poderia gerar emprego e renda para a comunidade local.

**Tabela 12** – Potencialidades de desenvolvimento local segundo os assentados

<b>Potencialidades</b>	<b>Nº de Entrevistados</b>	<b>Percentuais</b>
------------------------	----------------------------	--------------------

Cooperativa agrícola	100	88 %
Cooperativa de leite	7	6 %
Piscicultura	3	3 %
Em branco	1	1 %
Cooperativa aviária	1	1 %
Cooperativa de algodão	1	1 %
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100%</b>

Existe a necessidade de se estabelecer metas traçadas pelos próprios assentados, através de estratégias a longo prazo bem definidas, sendo elaboradas em conjunto com a associação e os técnicos do IDATERRA, INCRA, Prefeitura Municipal de Terenos e Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Deve-se capacitar os assentados para que possam ter conhecimentos de gestão comercial e dos recursos naturais disponíveis.

Deve-se disponibilizar materiais e equipamentos e, criar novas linhas de financiamento específico para investimentos agropecuários. O conhecimento traz consigo o aperfeiçoamento e novas estratégias de mercado possibilitam uma negociação responsável e mais favorável.

A preservação do meio ambiente deve ser constante, pois é dele que se retira o sustento. Deve-se melhorar as infra-estruturas para atender às necessidades das famílias assentadas como: melhorias nas vias de acesso, implantação de um posto de saúde, fornecimento de água em igualdade para todos os assentados, destacamento de um posto policial, implantação de saneamento básico adequado, ampliação da telefonia convencional (Posto telefônico) e melhorar a frequência dos meios de transportes públicos.

A atual situação dos assentados implica na dependência das estruturas estatais, dificultando o estabelecimento das relações que propiciam o escoamento da produção, interferindo assim, na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento das potencialidades locais.

Deve-se criar mecanismos capazes de estimular o desenvolvimento local, permitindo que os próprios assentados encontrem caminhos para tomar decisões e aplicar ações efetivas de desenvolvimento.

O assentamento Nova Querência apresenta estruturas físicas viáveis como energia elétrica, abastecimento de água, e casa de alvenaria. Isto implica no avanço de níveis mais consistentes de renda, tornando-se evidente, se houver integração entre os assentados para a tomada de decisões efetivas para o desenvolvimento local.

Os agentes que promovem o desenvolvimento local devem integrar-se para a elaboração de projetos que visam o atendimento das necessidades para ocorrer o desenvolvimento local. Os assentados devem estabelecer redes de cooperação com os técnicos de assistência rural para, o estabelecimento de ações que podem melhorar a auto-estima e a qualidade de vida, interferindo assim, no crescimento e na capacidade de produção para geração de renda.

A falta de interesse político em estabelecer condições ideais ao desenvolvimento sustentável, dificulta a autonomia e a capacidade de produção dos assentados.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. (2000), *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento territorial*. In Economia Aplicada, 2000, volume 4, nº. 2,
- ALMEIDA, Jalcione. *Os assentados e a Cooperação Agrícola, In: A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 1994.
- ARRUDA, Marcos, 1996: *Globalização e Sociedade Civil: Repensando o Cooperativismo no Contexto da Cidadania Ativa*. Rio de Janeiro: PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul.
- ÁVILA, Vicente Fidélis. *Formação Educacional em Desenvolvimento Local: Relato de Estudo em Grupo e Análise de Conceitos*. Campo Grande: Editora UCDB, 2001.
- BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisa de Survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BOISIER, Sérgio E. *Sociedad civil, participación, conocimiento y gestion territorial*. Santiago de Chile, ILPES, 1997.
- BONOMA, Thomas V. - *Case Research in Marketing: Opportunities, Problems, and Process*. Journal of Marketing Research, Vol XXII, May 1985.
- BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica, 1998.



CLAXTON, Mervin. *Cultura y Desarrollo*. Estudio Paris: UNESCO, 1994. (unesdoc.UNESCO.org/ulis/cgi-bin/).

FERRÃO, João. *Inovar para desenvolver o conceito de gestão de trajetórias territoriais de inovação*. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Vol. 3, n. 4, p. 17-26, Mar. 2002.

FERREIRA, Edson de Castro; FERNANDEZ, Antônio João Castilon; SILVA, Evande Praxedes da . *A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso – motivações, origens e trajetória dos assentados/organização social e sistemas produtivos*. In:

FRANCO, Augusto de. *Pobreza e Desenvolvimento Local*. Brasília: ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002.

FRANTZ, Walter. *Desenvolvimento Local, Associativismo e Cooperação*, 2002.

GODARD, O. et al. *Desarrollo Endógeno Y Diferenciación de Espacios de Desarrollo: un esquema de análisis para desarrollo local*. In: Estudos Territoriais, Madri, Número 24, 1987.

GOODE, W. J. & HATT, P. K. - *Métodos em Pesquisa Social*. 3ªed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

HAQ, Mahbub Ul. *A Cortina da Pobreza*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

HEERDT, Mauri L. *Pensando Para Viver - Alguns Caminhos da Filosofia*. Florianópolis: Editora Sophos, 2000.

MAILLAT, Denis. *Globalização e Sistemas Territoriais de Produção*. Revista Interações. Editora UCDB, Volume 3, número 4, 2002.

MARIKO. Emília K. at. Al. *Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento*. Revista Interações. Editora UCDB. Volume 3, Número 4, 2002.

MARQUES, Marta Inês M. *Modernização da agricultura, saber camponês e assentamentos de reforma agrária*. Revista agora. Editora UNISC. Volume 4. Número 4, 1999.

MEDEIROS, LEONILDE Servalo de e LEITE, Sérgio (org). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticos*. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade / UFRS / CPDA, 1999.

MENDEZ, Ricardo. *Innovación y redes de cooperación para el Desarrollo Local*. Revista Interações. Editora UCDB. Volume 2, Número 3, 2001.

MOURA, Suzana. *A Gestão do Desenvolvimento Local: Estratégias e Possibilidades de Financiamento*. <http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/DesenANPAD.html> em out 2002.

PUTNAM, Robert D. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RIBAS, Marivan Marcos P. *Condicionantes de Desenvolvimento Local nos Assentamentos Rurais em MS: Caso de Capão Bonito II em Sidrolândia*. Dissertação. Editora UCDB, 2003.

RIBEIRO, José L. *Condições Sócio-Econômicas e Desenvolvimento Local no Assentamento Paraíso em Mato Grosso do Sul*. Dissertação. Editora UCDB, 2003.

RIMOLI, Adriana O. et. Al. *Biodiversidade, Biotecnologia e Conservação Genética em Desenvolvimento Local*. Revista Interações. Editora UCDB. Volume 1, Número 1, 2000.

SACHS, Ignacy. *Ecodéveloppement, Stratégies de Transition vers le XXIe siècle*. Paris, Syros, 1993.

SANTOS, Miltom. *Pensando o Espaço do Homem*. Hucitec - São Paulo – 1982

TAFFAREL, Aline F. *Da Evolução da Propriedade e do Uso da Terra no Brasil até os Assentamentos Rurais*. <http://www.economia.ufpr.br/departamento/monografias>, 2001.

TULL, D. S. & HAWKINS, D. I. - *Marketing Research, Meaning, Measurement and Method*. Macmillan Publishing Co., Inc., London, 1976.

VERHELST, Thierry G. *O Direito à Diferença*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

WOLF, Alan. *Três Caminhos para o Desenvolvimento: Mercado, Estado e Sociedade Civil*. Coleção Democracia: A Democracia como Proposta. Rio de Janeiro, Editora IBASE, 1991.

YIN, Robert K. - *Case Study Research - Design and Methods*. Sage Publications Inc., USA, 1989.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. São Paulo, Editora Bookman, 2001.

YOGUEL Gabriel. *Criación de competências em Ambientes Locales y Redes Productivas*. (Instrumento Nacional de la Universidad Nacional de General Samiento). Argentina, 1997.

## **ANEXOS**

**Anexo 01**

Cópia da portaria da consolidação do assentamento Nova Querência

## Anexo 02: Lotes do assentamento Nova Querência

[illegible]

**Anexo 03:** Determinação do tamanho da amostra (Krejcie, 1970)

<i>N</i>	<i>S</i>	<i>N</i>	<i>S</i>	<i>N</i>	<i>S</i>
10	10	220	140	1200	291
15	14	230	144	1300	297
20	19	240	148	1400	302
25	24	250	152	1500	306
30	28	260	155	1600	310
35	32	270	159	1700	313
40	36	280	162	1800	317
45	40	290	165	1900	320
50	44	300	169	2000	322
55	48	320	175	2200	327
60	52	340	181	2400	331
65	56	360	186	2600	335
70	59	380	191	2800	338
75	63	400	196	3000	341
80	66	420	201	3500	346
85	70	440	205	4000	351
90	73	460	210	4500	354
95	76	480	214	5000	357
100	80	500	217	6000	361
110	86	550	226	7000	364
120	92	600	234	8000	367
130	97	650	242	9000	368
140	103	700	248	10000	370
150	108	750	254	15000	375
160	113	800	260	20000	377
170	118	850	265	30000	379
180	123	900	269	40000	380
190	127	950	274	50000	381
200	132	1000	278	75000	382
210	136	1100	285	1000000	384

*S* = Tamanho da amostra requerida.

*N* = Tamanho da população.

**Anexo 04:** Modelo do questionário aplicado aos titulares dos lotes**ENTREVISTA COM O (A) PROPRIETÁRIO (A) DO LOTE****LOTE N°** \_\_\_\_\_

1. Sexo:

☐ masculino ☐ feminino

2. Idade:

☐ menos de 21 ☐ de 21 a 35☐ de 36 a 50 ☐ de 51 a 65☐ acima de 65

3. Escolaridade:

☐ 1º grau incompleto ☐ 1º grau completo☐ 2º grau incompleto ☐ 2º grau completo☐ 3º grau incompleto ☐ 3º grau completo☐ pós-graduação ☐ sem instrução

4. Local de nascimento:

Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

5. Estado civil:

☐ solteiro ☐ casado ☐ divorciado☐ viúvo ☐ outros \_\_\_\_\_

6. Local de moradia anterior: \_\_\_\_\_

7. Ocupação anterior:

☐ funcionário público ☐ autônomo☐ funcionário privado ☐ aposentado☐ desempregado ☐ agricultor☐ outro(s) \_\_\_\_\_

8. Possui outra residência?

☐ não ☐ sim Onde \_\_\_\_\_

9. Já foi assentado?

☐ não ☐ sim Onde \_\_\_\_\_

10. Número de pessoas que vivem no seu lote:

maiores de 18 anos masc \_\_\_\_\_ fem \_\_\_\_\_

menores de 18 anos masc \_\_\_\_\_ fem \_\_\_\_\_

11. Qual (is) o (s) estímulo (s) para que o adolescente permaneça no assentamento?

\_\_\_\_\_



12. Quanto ao seu lote:

☐ comprou ☐ adquiriu pela reforma agrária

☐ outro \_\_\_\_\_

13. Qual o principal motivo que o levou a se inserir no programa de Reforma Agrária?

(pode assinalar mais de uma resposta)

☐ ter a própria terra ☐ aumento da renda

☐ não ser empregado ☐ outro(s) \_\_\_\_\_

14. Gosta do seu lote?

☐ não ☐ sim por quê? \_\_\_\_\_

15. Data da aquisição do lote \_\_\_\_\_ Área total \_\_\_\_\_ Área plantada \_\_\_\_\_  
Área de pastagem \_\_\_\_\_

16. Quanto tempo você e sua família desejam ficar no lote?

☐ menos de 1 ano ☐ de 1 a 3 anos

☐ acima de 3 a 5 anos ☐ acima de 5 a 10 anos

☐ acima de 10 anos

17. Após a instalação em seu lote, os seus bens materiais:

☐ aumentaram ☐ permaneceram ☐ reduziram

18. Bens atuais:

☐ trator ☐ implementos ☐ veículo ☐ tv ☐ rádio ☐ computador  
☐ geladeira ☐ ar condicionado ☐ outros Quais? \_\_\_\_\_

19. Valor mensal da renda familiar

☐ menos de R\$ 240,00

☐ de R\$ 240,00 a R\$ 479,00

☐ de R\$ 480,00 a R\$ 719,00

☐ de R\$ 720,00 a R\$ 960,00

☐ acima de R\$ 960,00

20. Tipo de produto comercializado para a geração de renda:

☐ hortifrutigranjeiro ☐ leite e/ou derivados

☐ doces caseiros ☐ lavoura De \_\_\_\_\_

☐ carnes ☐ não apresenta

21. Apresenta criação de:

☐ bovinos ☐ suínos ☐ caprinos ☐ aves

☐ não possui ☐ outro(s) \_\_\_\_\_

22. O que gostaria de produzir?

---

23. Em caso de produção, como é o escoamento?

( ) ótimo      bom ( )      ( ) regular      ( ) ruim

24. Situação de infra-estruturas:

Infra-estruturas	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não há
Água					
Energia elétrica					
Transporte					
Habitação					
Comunicação					
Saneamento					
Segurança					
Dentista					
Médico					
Educação					

25. Religião

( ) Católica    ( ) Adventista    ( ) Budista  
 ( ) Ortodoxa    ( ) Espírita      ( ) Evangélico    ( ) Islâmica  
 ( ) Outra \_\_\_\_\_

26. Participa de reuniões da associação?

( ) não      ( ) sim    Com que frequência? \_\_\_\_\_

27. Recebe algum tipo de auxílio do governo:

( ) não      ( ) sim

Que tipo

( ) bolsa-escola    ( ) segurança alimentar  
 ( ) vale –gás      ( ) outro(s) \_\_\_\_\_

28. Entram animais silvestres no seu lote?

( ) não    ( ) sim

Quais? \_\_\_\_\_

Quais as ações provocadas por eles?

---

29. O que geralmente você faz com os animais que entram no seu lote?

---

30. Ocorre muito desmatamento na reserva legal?

( ) não ( ) sim

31. Quais os maiores problemas encontrados no assentamento\?

---

32. Que potencialidades você visualiza no assentamento para o desenvolvimento da comunidade local?

---

**Anexo 05:** Modelo do questionário aplicado ao presidente da associação

**ENTREVISTA COM A PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO**

Nome da Presidente \_\_\_\_\_

Período da gestão \_\_\_\_\_ 3. Idade \_\_\_\_\_ 4. Escolaridade \_\_\_\_\_

5. Local de nascimento \_\_\_\_\_ 6. Local de moradia anterior \_\_\_\_\_

7. Atividade(s) anterior(es) \_\_\_\_\_

Já foi assentada anteriormente? ( ) Não ( ) Sim Onde? \_\_\_\_\_

9. Nome da associação \_\_\_\_\_ 10. Data da criação \_\_\_\_\_

11. Localização \_\_\_\_\_ 12. Número de associados \_\_\_\_\_

13. Fonte dos recursos recebidos \_\_\_\_\_ 14. Valor da receita mensal \_\_\_\_\_

15. Fonte da (s) receita (s) \_\_\_\_\_

16. Patrimônio inicial \_\_\_\_\_

17. Patrimônio atual \_\_\_\_\_

18. Foram realizadas orientações para os assentados?

( ) Não ( ) Sim Órgão (s) \_\_\_\_\_

Tipo \_\_\_\_\_ Período \_\_\_\_\_

19. Foram realizadas parcerias de desenvolvimento com os assentados?

( ) Não ( ) Sim Órgão (s) \_\_\_\_\_

Tipo \_\_\_\_\_ Período \_\_\_\_\_

Resultados obtidos \_\_\_\_\_

20. Como você avalia sua gestão?

21. O que precisa mudar para acelerar o desenvolvimento do assentamento?
22. Quais os principais problemas que impedem o desenvolvimento do assentamento ?
23. Qual (is) a (s) potencialidade (s) que poderia (m) promover o desenvolvimento do assentamento ?
24. Como se tornou presidente da associação?

**Anexo 06:** Modelo do questionário aplicado ao técnico extensionista

**ENTREVISTA COM O TÉCNICO EXTENSIONISTA**

01 – Nome.

02 – Função no IDATERRA.

03 – Quanto tempo presta assistência para o assentamento Nova Querência?

04 – Quais estruturas o IDATERRA dispõem para oferecer assistência aos assentados?

05 – Quais os tipos de atividades tem sido desenvolvidas no assentamento?

06 – Que atividades têm obtido êxito pelos assentados?

07 – Como está a atuação da associação do assentamento? Existe mais de uma associação? Se existir, a relação entre elas gera conflitos junto aos assentados?

08 – O que é necessário para melhorar as condições sócio-econômicas do assentamento?

09 – Quais os auxílios governamentais recebidos pela maioria dos assentados?